

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018



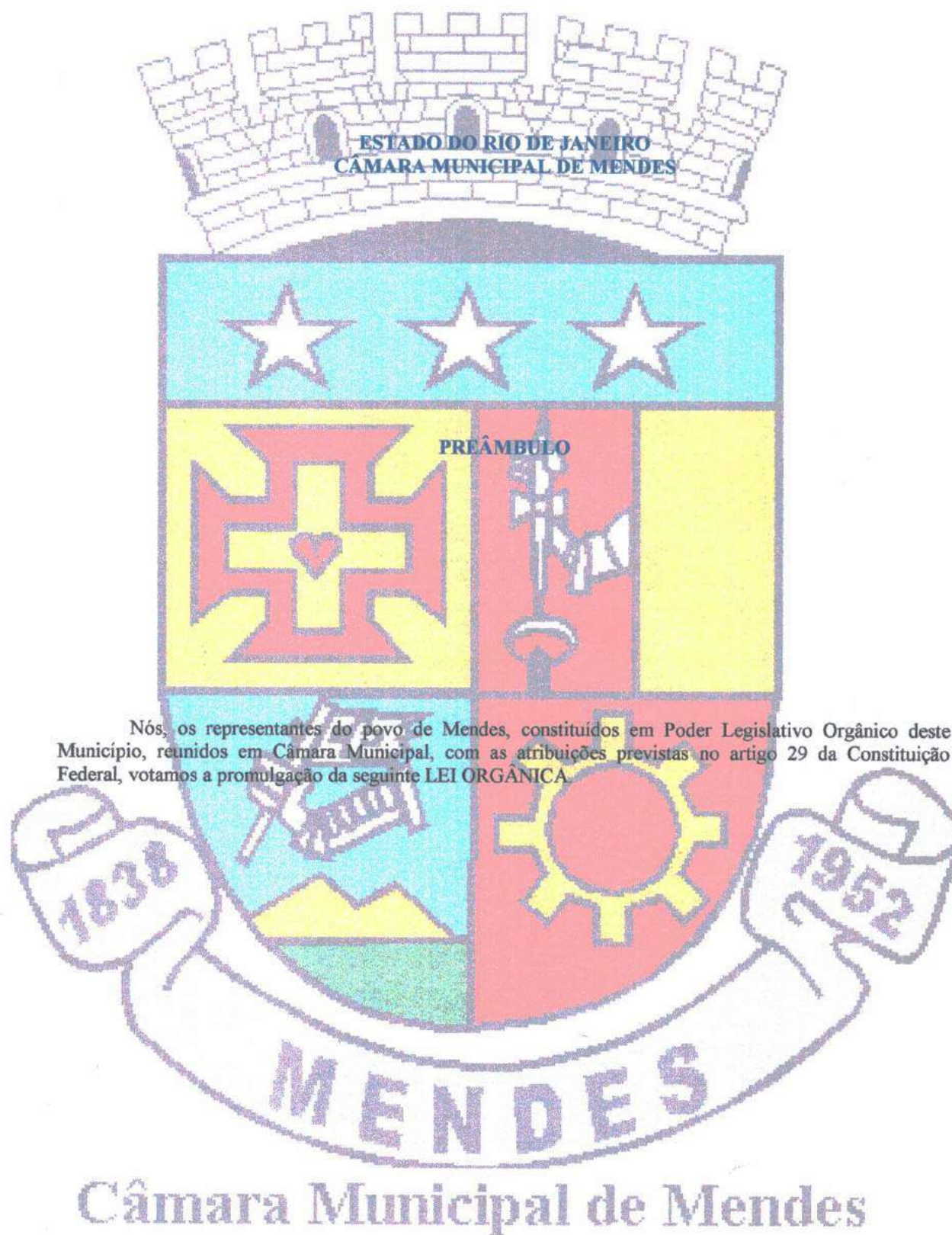
NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

MENDES/RJ

ANEXO I-A

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1. Lei Orgânica do Município de Mendes
2. Emenda nº 25 à Lei Orgânica do Município de Mendes
3. Lei Ordinária nº 1.167/2007
4. Lei Ordinária nº 1.169/2007
5. Lei Ordinária nº 1.183/2007
6. Lei Ordinária nº 1.645/2013
7. Lei Ordinária nº 1.663/2013
8. Lei Ordinária nº 1.878/2017
9. Lei Ordinária nº 1.879/2017
10. Lei Complementar nº 002/2017
11. Decreto nº 042/2019



SUMÁRIO

PREÂMBULO 1

TÍTULO I

Disposições Preliminares (arts. 1º a 6º)

CAPÍTULO I

Do município (arts. 1º a 4º)

CAPÍTULO II

Da Competência (art. 5º)

CAPÍTULO III

Dos Direitos (art. 6º)

TÍTULO II

Do Legislativo (arts. 7º a 42)

CAPÍTULO I

Disposição Geral (art. 7º)

CAPÍTULO II

Dos Vereadores (art. 8º)

SEÇÃO I

Da Posse (art. 8º)

SEÇÃO II

Do Exercício (arts. 9º a 11)

SEÇÃO III

Do Afastamento (art. 12)

SEÇÃO IV

Da Inviolabilidade e dos Impedimentos (arts. 13 e 14)

CAPÍTULO III

Das Atribuições da Câmara Municipal (arts. 15 e 16)

CAPÍTULO IV

Da Estrutura e do Funcionamento (arts. 17 a 27)

SEÇÃO I

Da Presidência da Câmara Municipal (arts. 17 e 18)

SEÇÃO II

Da Mesa Diretora (arts. 19 a 21)

SEÇÃO III

Das Sessões Legislativas (arts. 22 a 24)

SEÇÃO IV

Das Comissões (arts. 25 a 27)

CAPÍTULO V

Do Processo Legislativo (arts. 28 a 41)

CAPÍTULO VI

Do Plebiscito (art. 42)

TÍTULO III

Do Executivo (arts. 43 a 54)

CAPÍTULO I

Disposições Gerais (arts. 43 e 44)

CAPÍTULO II

Do Prefeito e do Vice-Prefeito (art. 45)

SEÇÃO I

Da Posse (art. 45)

SEÇÃO II

Do Exercício (arts. 46 a 50)

SEÇÃO III

Do Afastamento (arts. 51 e 52)

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Prefeito e do Vice-Prefeito (arts. 53 e 54)

TÍTULO IV

Das Responsabilidades dos Vereadores, do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito (arts. 55 a 62)

CAPÍTULO I

Disposições Gerais (arts. 55 e 57)

CAPÍTULO II

Das Infrações Político-administrativas dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal (art. 58)

CAPÍTULO III

Das Infrações Político-administrativas do Prefeito (art. 59)

CAPÍTULO IV

Da Suspensão e da Perda do Mandato (arts. 60 a 62)

TÍTULO V

Da Administração Municipal (arts. 63 a 130)

CAPÍTULO I

Disposições Gerais (arts. 63 e 71)

SEÇÃO I

Dos Princípios Fundamentais (art. 63)

SEÇÃO II

Dos Atos Municipais (arts. 64 a 66)

SEÇÃO III

Da Coordenação (art. 67)

SEÇÃO IV

Da Descentralização e das Desconcentração (art. 68)

SEÇÃO V

Do Controle (arts. 69 a 71)

CAPÍTULO II

Dos Recursos Organizacionais (arts. 72 a 81)

SEÇÃO I

Da Administração Direta (arts. 72 e 73)

SEÇÃO II

Da Administração Indireta (arts. 74 a 76)

SEÇÃO III

Dos Serviços Delegados (art. 77)

SEÇÃO IV

Dos Organismos de Cooperação (art. 78)

SUBSEÇÃO I

Dos Conselhos Municipais (arts. 79 a 81)

CAPÍTULO III

Dos Recursos Humanos (arts. 82 a 91)

SEÇÃO I

Disposições Gerais (arts. 82 a 85)

SEÇÃO II

Da Investidura (arts. 86 a 88)

SEÇÃO III

Do Exercício (arts. 89 a 91)

SEÇÃO IV

Do Afastamento (arts. 92 e 93)

SEÇÃO V

Da Aposentadoria (art. 94)

SEÇÃO VI

Da Responsabilidade dos Servidores Públicos (arts. 95 a 99)

CAPÍTULO IV

Dos Recursos Materiais (arts. 100 a 112)

SEÇÃO I

Disposições Gerais (arts. 100 a 102)

SEÇÃO II

Dos Bens Imóveis (arts. 105 a 110)

SEÇÃO III

Dos Bens Móveis (arts. 111 a 112)

CAPÍTULO V

Dos Recursos Financeiros (arts. 113 a 120)

SEÇÃO I

Disposições Gerais (art. 113 a 115)

SEÇÃO II

Dos Tributos Municipais (arts. 116 e 117)

SEÇÃO III

Dos Orçamentos (arts. 118 a 120)

CAPÍTULO VI

Dos Contratos Públicos e do Processo Administrativos (arts. 122 a 124)

SEÇÃO I

Dos Contratos Públicos (art. 121)

SEÇÃO II

Do Processo Administrativo (arts. 122 a 124)

CAPÍTULO VII

Da Intervenção do Poder Público Municipal na Propriedade (arts. 125 a 130)

SEÇÃO I

Disposições Gerais (art. 125)

SEÇÃO II

Da Ocupação Temporário (arts. 126 e 127)

SEÇÃO III

Da Servidão Administrativa (arts. 128 a 129)

SEÇÃO IV

Das Limitações Administrativas (art. 130)

TÍTULO VI

Da Ordem Econômica (arts. 131 a 156)

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica (arts. 131 e 132)

CAPÍTULO II

Da Política Urbana (arts. 133 a 155)

SEÇÃO I

Das Diretrizes da Política Urbana (arts. 133 a 136)

SEÇÃO II

Do Planejamento Urbanístico (arts. 137 a 145)

SEÇÃO III

Do Desenvolvimento Urbano (arts. 146 a 149)

SEÇÃO IV

Dos Transportes Coletivos (arts. 150 a 155)

CAPÍTULO III

Da Política Agrária (art. 156)

TÍTULO VII

Da Ordem Social (arts. 157 a 213)

CAPÍTULO I

Disposições Gerais (art. 157)

CAPÍTULO II

Da Seguridade Social (arts. 158 a 168)

SEÇÃO I

Disposições Gerais (arts. 158 a 168)

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 169 a 197)

SEÇÃO I

Da Educação (arts. 169 a 186)

SEÇÃO II

Da Cultura (arts. 187 a 193)

SEÇÃO III

Do Desporto e do Lazer (arts. 194 a 197)

CAPÍTULO IV

Do Meio Ambiente (arts. 198 a 213)

CAPÍTULO V

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e do Deficiente (arts. 214 a 219)

CAPÍTULO VI

Da Segurança Pública (arts. 220 a 223)

TÍTULO VIII

Das Disposições Transitórias (arts. 224 a 236)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

ARTIGO 1º

O Município de Mendes é ente público dotado de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Rio de Janeiro e desta Lei.

ARTIGO 2º

São Poderes Municipais, independentes e colaborativos entre si, o Legislativo e o Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO

São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

ARTIGO 3º

Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

ARTIGO 4º

A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

ARTIGO 5º

Cumpra ao Município, na proporção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, exercendo as competências, de qualquer natureza, que lhe são cometidas pela Constituição Federal, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. Organizar o quadro e estabelecer o regime de seus servidores;
- II. Dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;
- III. Adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- IV. Elaborar a Lei de Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor, o Plano de Controle de Uso, do Parcelamento e de Ocupação do Solo Urbano e o Código de Obras;
- V. Dispor sobre a limpeza das vias e dos logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos;
- VI. Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e similares;
- VII. Estabelecer servidões administrativas necessárias aos seus serviços;
- VIII. Dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;
- IX. Dispor sobre o depósito e a venda, observando o princípio da licitação, de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- X. Dispor sobre cadastro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de preservação da saúde pública;
- XI. Dispor sobre condições esportivas, espetáculos e divertimentos públicos ou sobre os realizados em locais de acesso público;
- XII. Dispor sobre o comércio ambulante;
- XIII. Fixar as datas de feriados municipais;
- XIV. Exercer o poder da política administrativa;
- XV. Estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;
- XVI. Instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei;
- XVII. Regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinando o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;
- XVIII. Fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- XIX. Conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;
- XX. Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- XXI. Disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XXII. Tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária quando houver;
- XXIII. Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXIV. Regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder polícia municipal;
- XXV. Fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- XXVI. Organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros os seguintes serviços:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- a) Mercados e feiras municipais;
- b) Construção, pavimentação e conservação de estradas e caminhos municipais;
- c) Transportes coletivos estritamente municipais;
- d) Iluminação pública;
- e) Abastecimento de água e esgotos sanitários;

XXVII. Fazer a fiscalização sanitária de bares, lanchonetes, restaurantes, mercearias, açougues, peixarias, padarias, supermercados e comércio em geral, bem como por ocasião do fornecimento do habite-se para novas construções, quer residenciais, comerciais ou industriais, bem como qualquer estabelecimento nocivo a saúde dos munícipes.

CAPÍTULO III **DOS DISTRITOS**

ARTIGO 6º

Lei Municipal criará, organizará ou suprirá distritos, observando o disposto na legislação estadual.

TÍTULO II **DO LEGISLATIVO**

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÃO GERAL**

ARTIGO 7º

A Câmara Municipal, guardada a proporcionalidade com a população do Município, compõe-se de 11 (onze) Vereadores.

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. **RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 07 DE 28 DE SETEMBRO DE 1995.**

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa no caput do art. 7º da LOM e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O artigo 7º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 7º – A Câmara Municipal de Mendes, guardada a proporcionalidade com a população do Município, compõe-se de 13 (treze) Vereadores.”

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 28 de setembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. **PROJETO DE EMENDA Nº 17 DE 16 DE AGOSTO DE 2004.**

EMENTA: Altera o artigo 7º da Lei Orgânica Municipal, reduzindo o número de vereadores para 09 (nove).

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Artigo 1º – O artigo 7º da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, passa a ter a seguinte redação

“Artigo 7º – A Câmara Municipal, guardada a proporcionalidade com a população do Município, compõe-se de 09 (nove) Vereadores.”

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENDES, em 16 de agosto de 2004.

PARÁGRAFO ÚNICO

A população do Município será aquela existente até 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição municipal, apurada pelo órgão federal competente.

CAPÍTULO II **DOS VEREADORES** **SEÇÃO I** **DA POSSE**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 8º

Os Vereadores tomarão posse no dia 1º de Janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene presidida pelo Vereador mais votado pelo povo, entre os presentes, qualquer que seja o número desses, e prestarão o compromisso de cumprir fielmente o mandato, guardando a Constituição e às Leis.

§ 1º - Os Vereadores desincompatibilizar-se-ão para a posse.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse na data prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo comprovado motivo de força maior.

SEÇÃO II DO EXERCÍCIO

ARTIGO 9º

O Vereador entrará no exercício do cargo imediatamente após a posse.

ARTIGO 10

Até dez dias após a posse, o Vereador fará declaração de bens, a qual será publicada no órgão oficial e a renovar, anualmente, em data coincidente com a da apresentação de declaração para fins de imposto de renda, tornando-se, ainda, obrigatória a sua apresentação correspondente ao último ano do exercício do seu mandato.

ARTIGO 11

O suplente de Vereador será convocado nos casos de:

- I. Vacância de cargo;
- II. Afastamento do cargo por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO

O suplente convocado tomará posse em 5 (cinco) dias e fará jus, quando em exercício, à remuneração do mandato; ultrapassado o prazo, será convocado o suplente seguinte.

SEÇÃO III DO AFASTAMENTO

ARTIGO 12

A licença somente será concedida nos seguintes casos:

- I. Doença comprovada;
- II. Gestação, por 120 (cento e vinte) dias, ou paternidade, pelo prazo da lei;
- III. Adoção, nos termos em que a lei dispuser;
- IV. Quando a serviço ou em missão de representação da Câmara Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal estará automaticamente licenciado, podendo, neste caso, optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO IV DA INVIOABILIDADE E DOS IMPEDIMENTOS

ARTIGO 13

O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

ARTIGO 14

O Vereador não poderá:

- I. Desde a expedição do diploma:
 - a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, empresa concessionária ou permissionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniformes;
 - b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;
- II. Desde a posse:
 - a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
 - b) Ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum" nas entidades referidas no Inciso I, letra "a";
 - c) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que refere o inciso I, letra "a";
 - d) Ser titular de mais um cargo ou mandato público eletivo;
 - e) Residir fora do Município.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 15

Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, exceto quando se trate de leis orgânicas, dispor sobre as matérias de competência do Município, e especialmente:

- I. Legislar sobre tributos municipais, isenções, anistias fiscais, remissão de dívidas e suspensão de cobrança da dívida ativa;
- II. Votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, bem como autorizar abertura de créditos suplementares e especiais;
- III. Votar a Lei de Diretrizes Gerais de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor, o Plano de Controle de Uso, do Parcelamento e de Ocupação do Solo Urbano e o Código de Obras Municipais;
- IV. Deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V. Autorizar subvenções;
- VI. Autorizar a concessão e a permissão de serviços públicos bem como a concessão de obras públicas;
- VII. Autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- VIII. Autorizar a concessão de uso de bens municipais;
- IX. Autorizar a alienação de bens imóveis, vedada a doação sem encargo;
- X. Autorizar consórcios com outros Municípios;
- XI. Atribuir denominação a próprios, vias e logradouros públicos;
- XII. Estabelecer critério para delimitação do perímetro urbano;
- XIII. Autorizar convênio que importem em despesas não previstas no orçamento anual ou que impliquem criação de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado;
- XIV. Criar, transformar e extinguir cargos, funções e empregos públicos, e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os de seus próprios serviços.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 02 DE 03 DE JUNHO DE 1991.

EMENTA: Dispõe sobre a Emenda Supressiva aos incisos VI, VII e VIII do artigo 15 e artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Mendes, promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte EMENDA:

Artigo 1º – Ficam suprimidos os incisos VI, VII e VIII do artigo 15 e do artigo 83, da Lei Orgânica do Município de Mendes, promulgada em 05 de abril de 1990.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 03 de junho de 1991.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 01 DE 03 DE MARÇO DE 1997.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva ao inciso XI do art. 15 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O inciso XI do art. 15 da LOM, promulgada em 05 de abril de 1990 passa a ter a seguinte redação:

“Inciso XI – Atribuir denominações a próprios, vias e logradouros públicos, com nome de pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao município, sendo vedada a mudança de designação incluindo as existentes.

Artigo 2º – Esta Emenda Aditiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 03 de março de 1997.

ARTIGO 16

A Câmara Municipal cabe, exclusivamente, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes atribuições:

- I. Eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma regimental;
- II. Elaborar o Regimento Interno;
- III. Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
- IV. Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- V. Organizar os seus serviços administrativos;
- VI. Fixar, de acordo com a Constituição Federal, a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, no último ano da legislatura, até trinta dias antes das eleições municipais, para vigorar na legislatura seguinte;
- VII. Criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinando que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;
- VIII. Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- IX. Convocar Secretário Municipal para prestar, pessoalmente informações sobre matéria previamente determinada e de sua competência;
- X. Outorgar, pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, títulos e honrarias previstos em lei, a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município;
- XI. Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora, em noventa dias após a apresentação do parecer prévio pela Corte de contas competente, observando o seguinte:
- a) O parecer prévio só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;
 - b) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias anualmente, na Câmara Municipal, na Prefeitura e nas associações de moradores que as requerem, para exame e apreciação, à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica, que poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;
 - c) Durante o período referido na alínea anterior, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito, respectivamente, designarão servidores habilitados para, em audiências públicas, prestarem esclarecimentos;
 - d) Publicação, no órgão oficial, do parecer e da resolução que concluíram pela rejeição das contas, que serão encaminhadas ao Ministério Público, sendo o caso.
- XII. Proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas no prazo legal;
- XIII. Estabelecer normas sobre despesas estritamente necessárias com transporte, hospedagem e alimentação individual, e respectiva prestação de contas quando a verbas destinadas a Vereadores em missão de representação da Casa;
- XIV. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ARTIGO 17

Cumpra ao Presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

- I. Representar a Câmara Municipal em Juízo ou fora dele;
- II. Dirigir os trabalhos legislativos e, supervisionar, na forma do Regimento Interno, os trabalhos administrativos da Câmara Municipal;
- III. Interpretar e fazer cumprir Regimento Interno;
- IV. Promulgar as resoluções da Câmara Municipal, bem como as leis, quando couber;
- V. Providenciar através de Boletim Legislativo mensal, a publicação das Indicações e Moções dos Vereadores, das Resoluções da Câmara Municipal e das Leis por ela promulgadas, bem como dos Atos da Mesa Diretora. A tiragem não poderá ser inferior a cinquenta exemplares, tornando-se obrigatório a sua distribuição para conhecimento público;
- VI. Declarar extinto o mandato dos Vereadores, do Prefeito e de Vice-Prefeito, nos casos e observados os prazos previstos nesta lei;
- VII. Manter a ordem no recinto da Câmara Municipal, podendo solicitar a força policial necessária para esse fim;
- VIII. Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara Municipal quando, por deliberação do Plenário, as despesas não forem processadas e pagas pela Prefeitura, e apresentar ao Plenário, até dez dias antes do término de cada período legislativo, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas.

ARTIGO 18

Nos seus impedimentos, o Presidente da Câmara Municipal será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na falta de membros da Mesa Diretora, assumirá a Presidência o Vereador que, dentre os presentes, houver sido o mais votado pelo povo.

SEÇÃO II DA MESA DIRETORA

ARTIGO 19

A Câmara Municipal reunir-se-á logo após a posse, no primeiro ano da legislatura, sob presidência do Vereador mais votado pelo povo, dentre os presentes, para eleição de seu Presidente e de sua Mesa Diretora, por escrutínio secreto e maioria simples, considerando-se automaticamente empossados os eleitos; observar-se-á o mesmo procedimento na eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura.

§ 1º – No caso de empate, ter-se-á por eleito o mais votado pelo povo.

§ 2º – Não havendo número legal, o vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa Diretora.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 005 DE 29 DE OUTUBRO DE 2001.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa ao Artigo 19 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O artigo 19 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 19 – A Câmara Municipal reunir-se-á logo após a posse, no primeiro ano da legislatura, sob a presidência do vereador mais votado pelo povo dentre os presentes, para eleição de seu Presidente e de sua Mesa Diretora, por votação nominal e maioria simples, considerando-se automaticamente empossados os eleitos; observar-se-á o mesmo procedimento da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura."

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES,
em 29 de outubro de 2001.

ARTIGO 20

A Mesa Diretora terá mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Presidente da Câmara Municipal presidirá a Mesa Diretora, dispondo o Regimento Interno sobre o número e as atribuições de seus cargos, assegurada, quando possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Casa.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 15, DE 07 DE ABRIL DE 1998.

EMENTA: Dá nova redação ao artigo 20 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Artigo 1º – O artigo 20 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 – A Mesa Diretora terá mandato de dois anos, podendo ser reeleita para o período subsequente".

Artigo 2º – Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ARTIGO 21

Cumprir à Mesa Diretora, dentre outras atribuições:

- I. Elaborar e encaminhar ao Prefeito a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na proposta do município, e a fazer, mediante ato, a discriminação analítica das dotações perspectivas, bem como alterá-las quando necessário; se a proposta não for encaminhada no prazo previsto, será tomado como base o orçamento vigente para a Câmara Municipal;
- II. Suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara Municipal, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações;
- III. Devolver à Fazenda Municipal, até o dia 31 de dezembro, o saldo do numerário que lhe foi liberado durante o exercício para a execução do seu orçamento;
- IV. Enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;
- V. Enviar ao Prefeito, até o dia 10 do mês seguinte, para fim de serem incorporados aos balancetes do Município, os balancetes financeiros e suas despesas orçamentárias relativas ao mês anterior, quando a movimentação do numerário para as despesas for feita pela Câmara Municipal;
- VI. Administrar os recursos organizacionais, humanos, materiais e financeiros da Câmara Municipal;
- VII. Designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal, limitado em cinco o número de representantes, em cada caso;

SEÇÃO III DAS SESSÕES LEGISLATIVA

ARTIGO 22

A Sessão Legislativa compreenderá os períodos legislativos de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

PARÁGRAFO ÚNICO

A Sessão Legislativa não será interrompida sem aprovação dos projetos de leis de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual.

ARTIGO 23

A Câmara Municipal poderá reunir-se extraordinariamente para deliberar somente sobre matéria objeto da convocação.

PARÁGRAFO ÚNICO

A sessão extraordinária será convocada pelo Presidente da Câmara Municipal ou a requerimento da maioria de seus membros, ou pelo Prefeito, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

ARTIGO 24

Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Câmara Municipal, eleita na última sessão ordinária no período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno, e cuja composição reproduzirá, quando possível, a proporcionalidade da representação partidária.

SEÇÃO IV DAS COMISSÕES

ARTIGO 25

A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º – Na constituição de cada comissão é assegurada, quando possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Casa.

§ 2º – Será obrigatória a existência de Comissão Permanente de Constituição e Justiça para o exame prévio, entre outras atribuições, da constitucionalidade e da legalidade de qualquer projeto.

ARTIGO 26

As comissões, nas matérias de sua respectiva competência, cabe, entre outras atribuições:

- I. Oferecer parecer sobre projeto de lei;
- II. Realizar audiências públicas com entidades privadas;
- III. Convocar Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre matéria previamente determinada e de sua competência;
- IV. Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades da Administração direta ou indireta do Município, adotando as medidas pertinentes;
- V. Colher o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI. Apreçar programa de obras, planos municipais, distritais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

ARTIGO 27

As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas por ato do Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração, por prazo certo, de determinado fato da Administração Municipal.

§ 1º – A Comissão poderá convocar pessoas e requisitar documentos de qualquer natureza, incluídos fonográficos e audiovisuais.

§ 2º – A Comissão requisitará à presidência da Câmara Municipal e encaminhamento das medidas judiciais adequadas a obtenção de provas que lhe forem sonegadas.

§ 3º – A Comissão encerrará seus trabalhos com apresentação de relatório circunstanciado, que será encaminhado, em dez dias, ao Presidente da Câmara Municipal para que este:

- a) Dê ciência imediata ao Plenário;
- b) Remeta, em cinco dias, cópia de inteiro teor ao Prefeito, quando se tratar de fato relativo ao Poder Executivo;
- c) Encaminhe, em cinco dias, ao Ministério Público, cópia de inteiro teor do relatório, quando esse concluir pela existência de infração de qualquer natureza, apurável por iniciativa daquele órgão;
- d) Providencie, em cinco dias, a publicação das conclusões do relatório no órgão oficial, e, sendo o caso, com a transição do despacho de encaminhamento ao Ministério Público.

CAPÍTULO V DO PROCESSO LEGISLATIVO

ARTIGO 28

O processo legislativo compreende a elaboração de:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- I. Emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II. Leis complementares;
- III. Leis ordinárias;
- IV. Leis delegadas;
- V. Medidas provisórias;
- VI. Decretos legislativos;
- VII. Resoluções.

ARTIGO 29

Esta Lei Orgânica, de caráter fundamental, somente poderá ser alterada por iniciativa de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito ou por outras leis orgânicas, sequencialmente numeradas, observando o processo legislativo especial correspondente.

ARTIGO 30

A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, à Mesa Diretora ou a qualquer Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos.

ARTIGO 31

São de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora os projetos de lei que:

- I. Autorizem abertura de créditos suplementares ou especiais mediante anulação parcial ou total de dotação da Câmara Municipal;
- II. Criem, transformem ou extingam cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixem os respectivos vencimentos.

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 11 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1994.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa ao art. 31 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O art. 31 da LOM, promulgada em 05 de abril de 1990 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 31 – São de iniciativa da Mesa Diretora e dos Vereadores a apresentação dos projetos de Lei que."

Artigo 2º – Esta Emenda Modificativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 08 de dezembro de 1994.

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 04 DE 26 DE JUNHO DE 1997.

EMENTA: Modifica a Redação do Art. 31 da Lei Orgânica do Município.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O art. 31 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 31 – São de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora os projetos de Resolução que."

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, 26 de junho de 1997.

PARÁGRAFO ÚNICO

Emendas que aumentem a despesa prevista somente serão admitidas no caso do inciso II, e desde que assinadas por dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

ARTIGO 32

As Comissões Permanentes somente terão iniciativa de projeto de lei em matéria de sua especialidade.

ARTIGO 33

São de iniciativa exclusiva do Prefeito os projetos de lei que:

- I. Disponham sobre o plano plurianual de investimento, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- II. Criem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores da Administração direta, autárquica ou fundacional;
- III. Disponham sobre o regime jurídico dos servidores do Município.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 34

O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º – Se, no caso deste artigo, a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias, a proposição será incluída na ordem do dia, sobrestando-se deliberação quanto a qualquer outra matéria.

§ 2º – O prazo do parágrafo anterior não flui nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

ARTIGO 35

A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, de seus distritos ou bairros, dependerá da manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado interessado.

§ 1º – Os projetos de lei serão apresentados à Câmara Municipal firmados pelos interessados, anotados os números do título de eleitor e da zona eleitoral de cada qual.

§ 2º – Os projetos de iniciativa popular poderão ser redigidos sem observância da técnica legislativa, bastando que definam a pretensão dos proponentes.

§ 3º – O Presidente da Câmara Municipal, preenchidas as condições de admissibilidade previstas nesta Lei, não poderá negar seguimento ao projeto, devendo encaminhá-lo às comissões competentes.

ARTIGO 36

Todo projeto de lei será aprovado ou rejeitado pelo Plenário da Câmara Municipal, em votação nominal.

ARTIGO 37

A matéria constante do projeto de lei rejeitado ou vetado, total ou parcialmente, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

ARTIGO 38

Aprovado o projeto de lei, o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de dez dias úteis, enviará o texto ao Prefeito, que, aquiescendo o sancionará.

§ 1º – Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional, ilegal ou contrário a esta lei ou ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará os motivos do veto, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º – O veto parcial somente abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º – O prazo do art. 38, caput, desta lei, não flui no período de recesso do legislativo.

§ 4º – Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 5º – O veto será apreciado pela Câmara Municipal em sessão plenária, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

Emenda Modificativa à Lei Orgânica do Município
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 07 DE ABRIL DE 2005.

EMENTA: Emenda Modificativa ao § 5º do artigo 38 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O parágrafo 5º, do artigo 38, da Lei Orgânica do Município de Mendes, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º – O veto será apreciado pela Câmara Municipal, em sessão plenária, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em processo de votação nominal.”

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes, em 07 de abril de 2005.

§ 6º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 7º – Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo quarto, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 8º – Se o projeto não for promulgado dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos terceiro e quinto, o Presidente da Câmara Municipal o promulgará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

ARTIGO 39

O Presidente da Câmara Municipal, antes de remeter às comissões, ou o Prefeito, quando da remessa à Câmara Municipal, mandará publicar, na forma do artigo 66, como ato integrante do processo de elaboração legislativa, o inteiro teor do texto, e respectiva exposição de motivos, de qualquer projeto de lei.

ARTIGO 40

As resoluções destinam-se a regulamentar matéria que não seja objeto de lei, nem se compreenda nos limites do ato administrativo.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 41

Salvo disposição em contrário, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

CAPÍTULO VI DO PLEBISCITO

ARTIGO 42

Mediante proposição fundamentada de dois quintos dos Vereadores ou de cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, será submetida a plebiscito questão relevante de interesse local.

- § 1º – Caberá à Câmara Municipal, ao prazo de três meses após a aprovação da proposta, realizar o plebiscito, nos termos em que dispuser a lei.
- § 2º – Cada consulta plebiscitária admitirá até quatro proposições, sendo vedada a sua realização nos seis meses que antecederem eleição nacional, do Estado ou do Município.
- § 3º – A proposição que já tenha sido objeto de plebiscito somente poderá ser apresentada com intervalo mínimo de dois anos.
- § 4º – O resultado do plebiscito, proclamado pela Câmara Municipal, vinculará o Poder Público.
- § 5º – O Município assegurará à Câmara Municipal os recursos necessários à realização das consultas plebiscitárias.

TÍTULO III DO EXECUTIVO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 43

O Prefeito exerce o Poder Executivo do Município, auxiliado pelos Secretários Municipais.

ARTIGO 44

O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para mandato de quatro anos, devendo a eleição realizar-se até noventa dias antes do término do mandato daqueles a quem devem suceder.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 001 DE 26 DE MARÇO DE 2002.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva ao Artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO

Artigo 1º – O Artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 44 -

Parágrafo Único – Ao Prefeito eleito será concedido, pelo Prefeito atuante, o direito de levantamentos e estudos através de uma Comissão de Transição, conforme Lei Complementar.

Artigo 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes,
em 26 de março de 2002.

CAPÍTULO II DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

SEÇÃO I DA POSSE

ARTIGO 45

O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão solene de instalação da Câmara Municipal, após a dos Vereadores, e prestarão o compromisso de "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e administrar o Município visando o bem geral dos munícipes".

- § 1º – O Prefeito e o Vice-Prefeito desincompatibilizar-se-ão para a posse.
- § 2º – Se, decorridos dez dias da data fixada, o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tomar posse, salvo comprovado motivo de força maior, o cargo será declarado vago.

SEÇÃO II

DO EXERCÍCIO

ARTIGO 46

O Prefeito entrará no exercício do cargo imediatamente após a posse.

ARTIGO 47

Até dez dias após a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração de bens, que serão publicadas no órgão oficial, renovando-se, anualmente, em data coincidente com a apresentação de declaração para fins de imposto de renda, tornando-se, ainda, obrigatória sua apresentação correspondente ao último ano do exercício de seu mandato.

ARTIGO 48

O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos e ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este caso de impedimento do Prefeito ou do Vice-Prefeito, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Executivo Municipal o Presidente, o Vice-Presidente e o Primeiro Secretário da Câmara Municipal.

ARTIGO 49

Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á a eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ocorrendo a vacância após cumprido três quartos do mandato do Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal completará o período, licenciado automaticamente da Presidência.

ARTIGO 50

O Prefeito fica obrigado a fixar domicílio no Município e dele não ausentar-se por período superior a quinze dias, sem prévia licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo.

**SEÇÃO III
DO AFASTAMENTO**

ARTIGO 51

O Prefeito ou o Vice-Prefeito comunicará à Câmara Municipal quando tiver de ausentar-se do Município por período superior a cinco dias.

ARTIGO 52

A licença somente será concedida nos seguintes casos:

- I. Doença comprovada;
- II. Gestação, por cento e vinte dias, ou paternidade, pelo prazo de lei;
- III. Adoção, nos termos em que a lei dispuser;
- IV. Quando a serviço ou em missão de representação do Município;
- V. Ao Prefeito, para repouso anual, durante trinta dias, coincidentemente com período de recesso da Câmara Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Prefeito e o Vice-Prefeito farão jus a remuneração durante a licença.

EMENDA MODIFICATIVA AO INCISO V DO ART. 52 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 05 DE 14 DE ABRIL DE 1994.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa ao inciso V do art. 52 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O inciso V do art. 52 da LOM passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52

Inciso V ...

Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, este quando ocupando cargo na administração pública municipal, para repouso anual, durante trinta dias, coincidentemente com o período de recesso da Câmara Municipal, não podendo os dois se ausentarem ao mesmo tempo.”

Artigo 2º – Esta Emenda Modificativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 14 de abril de 1994.

**CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

ARTIGO 53

Compete ao Prefeito, privativamente:

- I. Representar o Município, sendo que em Juízo por procuradores habilitados;
- II. Nomear, e exonerar os Secretários Municipais;
- III. Exercer com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração local;
- IV. Iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei;
- V. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- VI. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VII. Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
- VIII. Autorizar convênios com entidades públicas ou particulares;
- IX. Declarar a utilidade ou necessidade pública, ou o interesse social, de bens para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- X. Declarar o estado de calamidade pública;
- XI. Expedir atos próprios da atividade administrativa;
- XII. Contratar terceiros para prestação de serviços públicos autorizados pela Câmara Municipal;
- XIII. Prover e desprover cargos públicos, e expedir atos referentes à situação funcional dos servidores públicos, nos termos da lei;
- XIV. Enviar à Câmara Municipal o plano plurianual de investimento, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta lei, nos termos a que se refere o artigo 165, § 9º, da Constituição Federal;
- XV. Prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura do ano legislativo, as contas referentes ao exercício anterior, e remetê-las, em igual prazo, à Corte de Contas competentes;
- XVI. Prestar à Câmara Municipal, em 30 (trinta) dias, as informações que esta solicitar;
- XVII. Aplicar multas previstas em leis e contratos ou convênios bem como relevá-los quando for o caso;
- XVIII. Resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos, em matéria da competência do Executivo Municipal;
- XIX. Colocar à disposição da Câmara Municipal os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais até o dia 20 de cada mês;
- XX. Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião de abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XXI. Aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXII. Solicitar o auxílio da polícia do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;
- XXIII. Transferir, temporária ou definitivamente, a sede da Prefeitura;
- XXIV. Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;
- XXV. Exercer outras atribuições previstas nesta lei;

PARÁGRAFO ÚNICO

O Prefeito poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos XI, XII, XVII, XVIII e XIX aos Secretários Municipais ou ao Procurador Geral do Município, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

ARTIGO 54

O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem cometidas por lei, auxiliará sempre que por ele convocado para missões especiais.

TÍTULO IV**DA RESPONSABILIDADE DOS VEREADORES,
DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E DO PREFEITO****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****ARTIGO 55**

Os Vereadores, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito responderão por crimes comuns, por crimes de responsabilidade e por infrações político-administrativas.

§ 1º – O Tribunal de Justiça julgará o Prefeito nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

§ 2º – A Câmara Municipal julgará os Vereadores, o Presidente da Casa e o Prefeito nas infrações político-administrativas.

ARTIGO 56

A Lei estabelecerá as normas para o processo de cassação de mandato, observando o seguinte:

- I. Iniciativa de denúncia por qualquer cidadão, Vereador local ou associação legitimamente constituída;
- II. Recebimento de denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- III. Cassação do mandato por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- IV. Votações individuais motivadas;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- V. Conclusão do processo em até noventa dias, a contar do recebimento da denúncia, findos os quais o processo será incluído na ordem do dia, sobrestando-se deliberação quanto a qualquer outra matéria, ressalvadas as hipóteses que esta Lei define como de exame preferencial.

ARTIGO 57

A ocorrência de infração político-administrativa não exclui a apuração do crime comum ou de crime de responsabilidade.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ARTIGO 58

São infrações político-administrativas dos Vereadores:

- I. Deixar de fazer declarações de bens, nos termos do artigo 10;
- II. Deixar de prestar contas, ou tê-las rejeitadas, na hipótese do artigo 16, XIII;
- III. Utilizar-se do mandato para a prática de ato de corrupção ou de improbidade administrativa;
- IV. Fixar residência fora do Município;
- V. Proceder de modo incompatível com o decoro parlamentar;
- VI. Incidir em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 14;
- VII. Quando no exercício da presidência da Câmara Municipal, descumprir, nos prazos devidos, as atribuições previstas nos artigos 17, IV, V e VI, e 27, § 3º.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Regimento Interno da Câmara Municipal definirá os casos de incompatibilidade com o decoro parlamentar.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO

ARTIGO 59

São infrações político-administrativas do Prefeito:

- I. Deixar de fazer declaração de bens, nos termos do artigo 47;
- II. Impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;
- III. Impedir o exame de livros, folhas de pagamento ou documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura Municipal, bem como a verificação de obras e serviços por comissões de investigação da Câmara Municipal ou auditoria regularmente constituída;
- IV. Desatender, sem motivo justo, aos pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular;
- V. Retardar a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- VI. Deixar de enviar à Câmara Municipal, no tempo devido, os projetos de lei relativos ao plano plurianual de investimentos, de investimentos, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual;
- VII. Descumprir orçamento aprovado para o exercício financeiro;
- VIII. Praticar ato contra expressa disposição de leis, ou omitir-se na prática daqueles de sua competência;
- IX. Omitir-se negligenciar na defesa de bens, rendas direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;
- X. Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei, sem comunicar ou obter licença da Câmara Municipal;
- XI. Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Sobre o Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, incidem as infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA PERDA DO MANDATO

ARTIGO 60

Nos crimes comuns, nos de responsabilidade e nas infrações político-administrativas, é facultativo à Câmara Municipal, uma vez recebida a respectiva denúncia pela autoridade competente, suspender o mandato do Vereador, do Presidente da casa ou do Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros.

ARTIGO 61

O Vereador perderá o mandato:

- I. Por extinção, quando:
 - a) Perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
 - b) O decretar a Justiça Eleitoral;
 - c) Assumir outro cargo ou função na Administração pública municipal, direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

d) Renunciar.

II. Por cassação, quando:

- a) Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à Terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou quando em missão por esta autorizada;
- b) Sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- c) Incidir em infração político-administrativa, nos termos do artigo 58.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Vereador terá assegurada ampla defesa, nas hipótese do inciso II.

ARTIGO 62

O Prefeito perderá o mandato:

I. Por extinção, quando:

- a) Perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- b) O decretar a Justiça Eleitoral;
- c) Sentença definitiva o condenar por crime de responsabilidade;
- d) Assumir outro cargo ou função na Administração pública, direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público;
- e) Renunciar.

II. Por cassação, quando:

- a) Sentença definitiva o condenar por crime comum;
- b) Incidir em infração político-administrativa, nos termos do artigo 59.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Prefeito terá assegurada ampla defesa, nas hipótese do inciso II.

TÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 63

A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos poderes do Município, fundamentará sua atuação nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade bem como aos outros princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do Estado.

SEÇÃO II
DOS ATOS MUNICIPAIS

ARTIGO 64

A motivação suficiente será requisito essencial dos atos administrativos municipais, excetuados os de provimento e de desprovimento de cargos e funções de confiança, assim declarados por lei.

ARTIGO 65

Os agentes públicos observarão, na expedição dos atos de sua competência, o prazo de:

- I. Cinco dias, para despacho de mero impulso e prestação de informações;
- II. Dez dias, para providências a serem procedidas pelos administradores, salvo prazo diverso especialmente fundamentado;
- III. Quinze dias, para a apresentação de pareceres e relatórios;
- IV. Vinte dias, para proferir decisão conclusiva.

ARTIGO 66

Não havendo imprensa oficial a publicidade das leis e atos municipais será feita em jornal local e, na sua inexistência, em jornal editado em município próximo, admitido o extrato para os atos não normativos.

§ 1º – Não havendo imprensa oficial, sem prejuízo do estatuído no caput deste artigo, as leis e atos municipais deverão ter suas cópias afixadas na sede da Prefeitura, bem como na Câmara de Vereadores, pelo prazo de trinta dias.

§ 2º – Havendo a escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais, será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

§ 3º – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO

ARTIGO 67

A execução dos planos e programas governamentais serão objeto de permanente coordenação, com o fim de assegurar eficiência e eficácia na consecução dos objetivos e metas fixados.

SEÇÃO IV DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA DESCONCENTRAÇÃO

ARTIGO 68

A execução das ações governamentais poderá ser descentralizada ou desconcentrada, para:

- I. Outros entes públicos ou entidades a eles vinculadas, mediante convênio;
- II. Órgãos subordinados da própria Administração municipal;
- III. Entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas à Administração Municipal;
- IV. Empresa privadas, mediante concessão ou permissão.

§ 1º – Cabe aos órgãos de direção o estabelecimento dos princípios, critérios e normas que serão observados pelos órgãos e entidades públicas ou privadas incumbidas da execução.

§ 2º – Haverá responsabilidade administrativa dos órgão de direção quando os órgãos e entidades de execução descumprirem os princípios, critérios e normas referidas no parágrafo anterior, comprovada a omissão dos deveres próprios da autotutela ou da tutela administrativa.

SEÇÃO V DO CONTROLE

ARTIGO 69

As atividades da Administração direta e indireta estarão sujeitas a controle interno e externo.

§ 1º – O controle interno será exercido pelos órgãos subordinados competentes, observados os princípios da autotutela e da tutela administrativa.

§ 2º – O controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente e pela Câmara Municipal.

ARTIGO 70

Os Poderes, Legislativos e Executivos manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades privadas;
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Corte de contas competente, sob pena de responsabilidade solidária.

ARTIGO 71

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas próprias ou repassadas, serão exercidas pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS ORGANIZACIONAIS

SEÇÃO I DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ARTIGO 72

Constituem a Administração direta os órgãos integrantes da Prefeitura Municipal e a ela subordinados.

ARTIGO 73

Os órgãos subordinados da Prefeitura Municipal, serão de:

- I. Direção e assessoramento superior;
- II. Assessoramento intermediário;
- III. Execução.

§ 1º – São órgãos de direção superior, providos de correspondente assessoramento, as Secretarias Municipais.

§ 2º – São órgãos de assessoramento intermediário aqueles que desempenhem suas atribuições junto às Chefias dos órgãos subordinados das Secretarias Municipais.

§ 3º – São órgãos de execução aqueles incumbidos da realização dos programas e projetos determinados pelos órgãos de direção.

**SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

ARTIGO 74

Constituem a Administração indireta as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, criada por lei.

ARTIGO 75

As entidades da Administração indireta serão vinculadas à Secretaria Municipal em cuja área de competência enquadrar-se sua atividade institucional, sujeitando-se à correspondente tutela administrativa.

ARTIGO 76

As empresas públicas e as sociedades de economia mista municipais serão prestadoras de serviços públicos ou instrumentos de atuação do Poder Público no domínio econômico, sujeitando-se, em ambos os casos, ao regime jurídico das licitações públicas, nos termos do artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

**SEÇÃO III
DOS SERVIÇOS DELEGADOS**

ARTIGO 77

A prestação de serviços públicos poderá ser delegada ao particular mediante concessão ou permissão, após autorização do legislativo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os contratos de concessão e os termos de permissão estabelecerão condições que assegurem ao Poder Público, nos termos da lei, a regulamentação e o controle sobre a prestação dos serviços delegados, observado o seguinte:

- I. No exercício de suas atribuições os serviços públicos investidos de poder de polícia terão livre acesso a todos os serviços e instalações das empresas concessionárias ou permissionárias;
- II. Estabelecimento de hipóteses de penalização pecuniária de intervenção por prazo certo e de cassação, impositiva esta em caso de contumácia no descumprimento de normas protetoras da saúde e do meio-ambiente.

**SEÇÃO IV
DOS ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO**

ARTIGO 78

São organismos de cooperação com o Poder Público os Conselhos Municipais e as Fundações e Associações privadas que realizem, sem fins lucrativos, função de utilidade pública.

**SUBSEÇÃO I
DOS CONSELHOS MUNICIPAIS**

ARTIGO 79

Os Conselhos Municipais terão por finalidade auxiliar a Administração na análise, no planejamento e na decisão de matérias de sua competência.

ARTIGO 80

Lei autorizará o Executivo a criar Conselhos Municipais, cujos meios de funcionamento este proverá, e lhes definirá, em cada caso, atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato, observando o seguinte:

- I. Composição por número ímpar de membros, assegurada, quando for caso, a representatividade da Administração de entidades públicas e de entidades associativas ou classistas, facultada, ainda, a participação de pessoas de notório saber na matéria de competência do Conselho;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- II. Dever, para os órgãos e entidades da Administração municipal, de prestar as informações técnicas e de fornecer documentos administrativos que lhes forem solicitados.

§ 1º – Os Conselhos Municipais deliberarão por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, incumbindo-lhes mandar publicar os respectivos atos no órgão oficial.

§ 2º – A participação nos Conselhos Municipais será gratuita e constituirá serviço público relevante, inadmitida recondução.

EMENDA MODIFICATIVA AO INCISO I E AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 80 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 32 DE 27 DE SETEMBRO DE 1993.

EMENTA: Modifica a redação do inciso I e do parágrafo 2º do art. 80 da LOM.

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O inciso I e o Parágrafo 2º do art. 80 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com a seguinte redação:

"Inciso I – Composição por número ímpar de membros, ou exceto os casos previstos em Lei Federal ou Estadual, assegurada, quando for o caso, a representatividade da Administração de entidades públicas e de entidades associativas ou classistas, facultada ainda a participação de pessoas de notório saber na matéria de competência do Conselho."

"Parágrafo 2º – A participação nos Conselhos Municipais será gratuita e constituirá serviço público relevante, admitida recondução dos conselheiros para os mesmos cargos exceto os casos previstos em Lei Federal ou Estadual."

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 27 de setembro de 1993.

ARTIGO 81

As Fundações e Associações mencionadas no artigo 78 terão precedência na destinação de subvenções ou transferências à conta do orçamento municipal ou de outros auxílios de qualquer natureza por parte do Poder Público, ficando, quando os recebam, obrigadas à Prestação de contas.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 82

Os servidores públicos constituem os recursos humanos dos Poderes Municipais, assim entendidos os que ocupam ou desempenhem cargo, função ou emprego de natureza pública, com ou sem remuneração.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para fins desta Lei considera-se:

- I. Servidor público civil é aquele que ocupa cargo de provimento eletivo, na Administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal;
- II. Empregado público é aquele que mantém vínculo empregatício com empresas públicas ou sociedades de economia mista, quer sejam prestadores de serviços públicos ou instrumentos de atuação do domínio econômico;
- III. Servidor público temporário é aquele que exerce cargo ou função em confiança, ou que haja sido contratado na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, na Administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal;
- IV. Os servidores lotados nas repartições aludidas neste artigo, cumprirão carga horária equivalente ao expediente para o público, observado o horário de 11:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, salvo aqueles pertencentes aos quadros de serviço externo, os quais cumprirão o horário habitual.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 019.

RESOLUÇÃO Nº 38 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005.

EMENTA: "Revoga o inciso IV do artigo 82 e o parágrafo único do artigo 232 da Lei Orgânica Municipal, e dá outras".

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – Passa a vigorar o artigo 82 da Lei Orgânica Municipal com a seguinte redação:

Artigo 82 – Os servidores públicos constituem os recursos humanos dos Poderes Municipais, assim entendidos os que ocupam ou desempenhem cargo, função ou emprego de natureza pública, com ou sem remuneração.

Parágrafo Primeiro

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

Para fins desta Lei considera-se:

- I. Servidor público civil é aquele que ocupa cargo de provimento efetivo, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal;
- II. Empregado público é aquele que mantém vínculo empregatício com empresas públicas ou sociedades de economia mista, quer sejam prestadores de serviços públicos ou instrumentos de atuação do domínio econômico;
- III. Servidor Público temporário é aquele que exerce cargo ou função em confiança, ou que haja sido contratado na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal.

Parágrafo Segundo

O horário de expediente nas repartições públicas do Município será regulamentada por Ato Administrativo pelo Chefe do Poder Executivo e, no Legislativo pelo Presidente da Câmara.

Artigo 2º – Fica revogado ao parágrafo único do art. 232 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 3º – Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes, em 28 de novembro de 2005.

ARTIGO 83

Lei Orgânica estabelecerá regime jurídico único para os servidores públicos civis, assegurados os direitos previstos no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal, sem prejuízo de outros que lhes venham a ser atribuídos, inclusive licença para os adotantes, nos termos em que a lei dispuser.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 02 DE 03 DE JUNHO DE 1991.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Supressiva aos incisos VI, VII e VIII do artigo 15 e artigo 83, da Lei Orgânica do Município de Mendes, promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

Artigo 1º – Ficam suprimidos os incisos VI, VII e VIII do artigo 15 e o artigo 83, da Lei Orgânica do Município de Mendes, promulgada em 05 de abril de 1990.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 03 de junho de 1991.

ARTIGO 84

A cessão de servidores públicos civis e de empregados públicos entre os órgãos da Administração direta as entidades da Administração indireta e a Câmara Municipal, somente será deferida sem ônus para o cedente, que, imediatamente, suspenderá o pagamento da remuneração ao cedido.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Presidente da Câmara Municipal ou o Prefeito poderá autorizar a cessão sem ônus para o cessionário, em caráter excepcional, diante de solicitação fundamentada dos órgãos e entidades interessados.

ARTIGO 85

Os nomeados para o cargo ou função em confiança farão, antes da investidura, declaração de bens, que será publicada no órgão oficial, e as renovarão, anualmente, em data coincidente com a apresentação de declaração para fins de imposto de renda, tomando-se, ainda, obrigatória sua apresentação correspondente ao último ano do exercício de seu mandato.

SEÇÃO II DA INVESTIDURA

ARTIGO 86

Em qualquer dos Poderes, e, bem assim, nas entidades da Administração indireta, a nomeação para cargos ou funções de confiança, ressalvada a de Secretário Municipal, observará o seguinte:

- I. Formação técnica, quando as atribuições a serem exercidas pressuponham conhecimento específico que a lei cometa, privativamente, a determinada categoria profissional;
- II. Exercício preferencial por servidores públicos civis;
- III. Vedação do exercício por cônjuge, de direito ou de fato, ascendentes, descendentes, ou colaterais, consanguíneos ou afins, até segundo grau, em relação ao Presidente da Câmara Municipal, ao Prefeito ou Vice-Prefeito, aos Vereadores e aos Secretários Municipais.

ARTIGO 87

A investidura dos servidores públicos civis e dos empregados públicos, de qualquer dos Poderes Municipais, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

ARTIGO 88

Os regulamentos de concursos públicos observarão o seguinte:

- I. Participação, na organização e nas bancas examinadoras, de representantes do Conselho Seccional regulamentador do exercício profissional, quando for exigido conhecimento técnico dessa profissão;
- II. Fixação de limites mínimos de idade, segundo a natureza dos serviços e as atribuições do cargo ou emprego;
- III. Previsão de exames de saúde e de testes de capacitação física necessários ao atendimento da exigências para o desempenho das atribuições do cargo ou emprego;
- IV. Estabelecimento de créditos objetivos de aferição de provas e títulos, quando possível, bem como para desempate;
- V. Correção de provas sem identificação dos candidatos;
- VI. Divulgação, concomitantemente com o resultado, dos gabaritos das provas objetivas;
- VII. Divulgação de revisão de prova quanto a erro material, por meio de recurso em prazo não inferior a cinco dias, a contar da publicação dos resultados;
- VIII. Estabelecimento de critérios objetivos para apuração da idoneidade e da conduta pública do candidato, assegurada ampla defesa;
- IX. Vinculação da nomeação dos aprovados à ordem classificatória;
- X. Vedação de:
 - a) Fixação de limite máximo de idade;
 - b) Verificações concernentes à intimidade e à liberdade de consciência e de crença, inclusive política e ideológica;
 - c) Sigilo na prestação de informações sobre a idoneidade e conduta pública do candidato, tanto no que respeita à identidade do informante como aos fatos e pessoas que se referir;
 - d) Prova oral eliminatória;
 - e) Presença, na banca examinadora, de parentes, até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, de candidatos inscritos, admitida a arguição de suspeição ou de impedimento, nos termos da lei processual civil, sujeita a decisão a recurso hierárquico no prazo de cinco dias.

PARÁGRAFO ÚNICO

A participação de que trata o inciso I será dispensada se, em dez dias, o Conselho Seccional não se fizer representar, por titular e suplente, prosseguindo-se no concurso.

**SEÇÃO III
DO EXERCÍCIO****ARTIGO 89**

São estáveis, após dois anos de eletivo exercício, os servidores públicos civis e os empregados públicos nomeados ou admitidos em virtude do concurso público.

- § 1º – O servidor público civil ou empregado público estável só perderá o cargo ou o emprego mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- § 2º – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público civil ou do empregado público estável, ser ele reintegrado, garantindo-se-lhe a percepção dos vencimentos atrasados, sendo o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito à indenização.
- § 3º – Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público civil estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

ARTIGO 90

O Município, por lei ou mediante convênio, estabelecerá a proteção previdenciária de seus servidores, assegurando-lhes, por igual forma, assistência odonto-médico-hospitalar de qualquer natureza.

ARTIGO 91

O tempo de serviço público federal, estadual e municipal é computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

**SEÇÃO IV
DO AFASTAMENTO****ARTIGO 92**

Lei disporá sobre as hipóteses de afastamento dos servidores públicos.

ARTIGO 93

Ao servidor público civil e ao empregado público em exercício de mandato eletivo aplica-se o seguinte:

- I. Tratando-se mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo, emprego ou função;
- II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração que lhe convier;
- III. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
- IV. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- V. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;
- VI. O servidor ou funcionário designado para cargo em confiança (Secretários ou Assessores) fica assegurado a diferença de salário, enquanto permanecer na função, porém, ao deixar de exercê-la, esta será suprimida, voltando a fazer jus ao que recebia em sua função para a qual foi contratado.

SEÇÃO V DA APOSENTADORIA

ARTIGO 94

O servidor público civil será aposentado:

- I. Por invalidez permanente, com os proventos integrais decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II. Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III. Voluntariamente:
 - a) Aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
 - b) Aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
 - c) Aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
 - d) Dos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º – Lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores públicos civis em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores públicos civis em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor público civil falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos e empregos temporários.

SEÇÃO VI DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ARTIGO 95

O Procurador Geral do Município, ou o seu equivalente, é obrigado a propor a competente ação regressiva em face do servidor público de qualquer categoria, declarado culpado por haver causado a terceiro lesão de direito que a Fazenda Municipal seja obrigada judicialmente a reparar, ainda que em decorrência de sentença homologatória de transação ou de acordo administrativo.

ARTIGO 96

O prazo para ajuizamento da ação regressiva será de trinta dias a partir da data em que o Procurador Geral do Município, ou o seu equivalente, for cientificado de que a Fazenda Municipal efetuou o pagamento do valor resultante da decisão judicial ou do acordo administrativo.

ARTIGO 97

O descumprimento por ação ou omissão, ao disposto nos artigos anteriores desta Seção, apurado em processo regular, implicará solidariedade na obrigação de ressarcimento ao erário.

ARTIGO 98

A cessação, por qualquer forma, do exercício da função pública, não exclui o servidor da responsabilidade perante a Fazenda Municipal.

ARTIGO 99

A Fazenda Municipal, na liquidação do que for devido pelo servidor público civil ou empregado público, poderá optar pelo desconto em folha de pagamento, o qual não excederá de uma quinta parte do valor da remuneração do servidor.

PARÁGRAFO ÚNICO

O agente público fazendário que autorizar o pagamento da indenização dará ciência do ato em dez dias, ao Procurador Geral do Município, ou a seu equivalente, sob pena de responsabilidade solidária.

**CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS MATERIAIS**

**SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 100

Constituem recursos materiais do Município seus direitos e bens de qualquer natureza.

ARTIGO 101

Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados em seus serviços.

ARTIGO 102

Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva.

ARTIGO 103

Os bens públicos municipais são imprescritíveis, impenhoráveis, inalienáveis e inoneráveis, admitidas as exceções que a lei estabelecer para os bens do patrimônio disponível.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os bens públicos tornar-se-ão indisponíveis ou disponíveis por meio, respectivamente, de afetação ou desafetação, nos termos da lei.

ARTIGO 104

A alienação de bens do Município, de suas autarquias e fundações por ele mantidas, subordinadas à existência de interesse público expressamente justificado, será sempre precedida de avaliação e observará o seguinte:

- I. Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, esta dispensável nos seguintes casos:
 - a) Da ação em pagamento;
 - b) Permuta;
 - c) Investidura.
- II. Quando móveis, dependerá de licitação, está dispensável nos seguintes casos:
 - a) Doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;
 - b) Permuta;
 - c) Venda de ações, que possam ser negociadas em bolsa, ou de títulos na forma da legislação pertinente.

§ 1º – A Administração concederá direito real de uso preferentemente à venda de bens imóveis.

§ 2º – Entende-se por investidura e alienação, aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra pública e que se haja tornado inaproveitável, isoladamente, para fim de interesse público.

§ 3º – A doação com encargo poderá ser objeto de licitação e de seu instrumento constarão os encargos, o prazo de cumprimento de cláusula de reversão, sob pena de nulidade.

**SEÇÃO II
DOS BENS IMÓVEIS**

ARTIGO 105

Conforme sua destinação, os imóveis do Município são de uso comum do povo, de uso especial, ou dominicais.

ARTIGO 106

A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia autorização legislativa, que especificará sua destinação.

ARTIGO 107

Admitir-se-á o uso de bens imóveis municipais por terceiros, mediante concessão, cessão ou permissão, após decisão legislativa.

§ 1º – A concessão de uso terá o caráter de direito real resolúvel e será outorgada gratuitamente, ou após concorrência, mediante remuneração ou imposição de encargos, por tempo certo ou indeterminado,

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

para os fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, devendo o contrato ou termo ser levado ao registro imobiliário competente; será dispensável a concorrência se a concessão for destinada a pessoa jurídica de direito público interno ou entidade da Administração indireta, exceto, quando a esta, se houver empresa privada apta a realizar a mesma finalidade, hipótese em que todas ficarão sujeitas à concorrência.

§ 2º – É facultada ao Poder Executivo a cessão de uso gratuitamente, ou mediante remuneração ou imposição de encargos, de imóvel municipal à pessoa jurídica de direito público interno à entidade da Administração indireta ou, pelo prazo máximo de cinco anos, à pessoa jurídica de direito privado cujo fim consista em atividade não lucrativa de relevante interesse social.

§ 3º – É facultada ao Poder Executivo a permissão de uso de imóvel municipal, a título precário, vedada a prorrogação por mais de uma vez, revogável a qualquer tempo, gratuitamente ou mediante remuneração ou imposição de encargos, para o fim de exploração lucrativa de serviços de utilidade pública em área ou dependência pré determinada e sob condições pré fixadas.

ARTIGO 108

Serão cláusulas necessárias do contrato ou do termo de concessão, cessão ou permissão de uso as de que:

- I. A construção ou benfeitoria realizada no imóvel incorpora-se a este, tomando-se propriedade pública sem direito à retenção ou indenização;
- II. A par da satisfação da remuneração ou dos encargos específicos, incumbe ao concessionário, cessionário ou do permissionário manter o imóvel em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo.

ARTIGO 109

A concessão, a cessão ou a permissão de uso de imóvel municipal vincular-se-á à atividade institucional do concessionário, do cessionário ou do permissionário, constituindo o desvio de finalidade causa necessária de extinção, independentemente de qualquer outra.

ARTIGO 110

A utilização de imóvel municipal por servidor será efetuada sob regime de permissão de uso, cobrada a remuneração por meio de desconto em folha.

§ 1º – O servidor será responsável pela guarda do imóvel e responderá por falta disciplinar grave na via administrativa se lhe der destino diverso daquele previsto no ato da permissão.

§ 2º – Revogada a permissão de uso, ou implementado seu termo, o servidor desocupará o imóvel.

SEÇÃO III DOS BENS MÓVEIS

ARTIGO 111

É expressamente proibido a cessão dos bens móveis pertencentes ao Município para qualquer finalidade.

ARTIGO 112

A alienação de bens móveis municipais somente poderá ser efetuada mediante aprovação do Poder Legislativo alcançada a maioria de dois terços de seus representantes.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 113

Constituem recursos financeiros do Município:

- I. A receita tributária própria;
- II. A receita tributária originária da União e do Estado, entregue consoante o disposto nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal;
- III. As multas arrecadadas pelo exercício do poder de polícia;
- IV. As rendas provenientes de concessões, cessões ou permissões instituídas sobre seus bens;
- V. O produto da alienação de bens dominicais na forma desta Lei Orgânica;
- VI. As doações e legados, com ou sem encargos, desde que aceitos pelo Prefeito;
- VII. Outros ingressos de definição legal e eventuais;

ARTIGO 114

O exercício financeiro abrange as operações relativas às despesas e receitas autorizadas por lei, dentro do respectivo ano financeiro, bem como todas as variações verificadas no patrimônio municipal, decorrentes da execução do orçamento.

ARTIGO 115

A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração da estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes.

SEÇÃO II DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

ARTIGO 116

O poder impositivo do Município sujeita-se às regras e limitações estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei, sem prejuízo de outras garantias que a legislação tributária assegura ao contribuinte.

§ 1º – Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esse objetivo, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º – Só lei específica poderá conceder anistia ou remissão fiscal.

§ 3º – É vedado:

- I. Conceder isenção de taxas e de contribuições de melhoria;
- II. Conceder parcelamento para pagamento de débitos fiscais, em prazo superior a 12 (doze) meses, na via administrativa ou na judicial.

EMENDA MODIFICATIVA AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 116 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 31 DE 23 DE SETEMBRO DE 1993.

EMENTA: Modifica redação do parágrafo 2º do art. 116 da Lei Orgânica do Município.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O parágrafo 2º do artigo 116 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 2º

Art. 116 – As anistias fiscais para quaisquer dívidas com a Municipalidade, ficam proibidas, em qualquer época, dentro do exercício financeiro, exceto:

- I. Quando o critério a ser adotado não resulte em prejuízo para o erário municipal;
- II. As negociações sobre as anistias fiscais, entre o executivo e as partes interessadas deverão ser supervisionadas, fiscalizadas e aprovadas pelo Legislativo Municipal.

Artigo 2º – Esta Emenda Modificativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 23 de setembro de 1993.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 24, DE 16 DE JULHO DE 2013.

Altera a Lei Orgânica do Município de Mendes na forma que dispõe.

**Iniciativa: Poder Executivo*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte:
EMENDA À LEI ORAGÂNICA**

Artigo 1º. O § 3º do artigo 116 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º. É vedado conceder isenção de taxas e contribuição de melhoria."

Artigo 2º. Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Mendes, 16 de julho de 2013.

ARTIGO 117

O Município poderá instituir os seguintes tributos:

- I. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

- II. Imposto sobre a Transmissão Intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição (IBTI);
- III. Imposto sobre Vendas a varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel (IVVC);
- IV. Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), definidos em lei complementar;
- V. Taxas, em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VI. Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º – A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel ou seu valor locativo real, conforme dispuser a lei municipal, nele não compreendido o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 2º – Para fins de lançamento do IPTU, considerar-se-á o valor venal do terreno, no caso de imóvel em construção.

§ 3º – Na hipótese de imóvel situar-se apenas parcialmente no território do Município, o IPTU será lançado proporcionalmente à área nele situada.

§ 4º – O valor venal do imóvel, para efeito de lançamento do IPTU, será fixado segundo critérios de zoneamento estabelecidos pela lei municipal, atendido, o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre os seguintes:

- I. Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluvias;
- II. Abastecimento de águas;
- III. Sistema de esgotos sanitários;
- IV. Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V. Posto de saúde ou escola primária a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

§ 5º – O IPTU poderá ser progressivo o tempo, especificamente para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, segundo disposto no artigo 182 da Constituição Federal.

§ 6º – Não se sujeitam ao IPTU os imóveis destinados à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, animal ou mineral ou agro-industrial, qualquer que seja sua localização.

§ 7º – Sujeitam-se ao IPTU os imóveis que sejam comprovadamente utilizados como "sítios de veraneio" e cuja produção eventual não se destina ao comércio.

§ 8º – O contribuinte poderá, a qualquer tempo, requerer nova avaliação de sua propriedade para fins de lançamento do IPTU.

§ 9º – A atualização do valor básico para cálculo do IPTU poderá ocorrer a qualquer tempo, durante o exercício financeiro, desde que limitada à variação dos índices oficiais de correção monetária.

§ 10 – O imposto de transmissão não incide sobre a transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil de imóveis.

§ 11 – Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer a compra e venda de bens imóveis ou de direitos a ele relativos, de locação ou arrendamento mercantil de imóveis.

§ 12 – Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 13 – Verificada a preponderância, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente na data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito naquela data.

§ 14 – O imposto de transmissão não incidirá na desapropriação de imóveis, nem no seu retorno ao antigo proprietário por não mais atender à finalidade da desapropriação.

§ 15 – Para fins de incidência sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos ou Gasosos, considera-se "venda a varejo" a realizada a consumidor final.

§ 16 – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, nem serão graduadas em função do valor financeiro ou econômico do bem, direito ou interesse do contribuinte.

§ 17 – A taxa de localização será cobrada, inicialmente, quando da expedição do correspondente alvará e, posteriormente, por ocasião da primeira fiscalização efetivamente realizada em cada exercício.

§ 18 – Qualquer interrupção na prestação de serviços públicos municipais, salvo relevante motivo de interesse público, desobrigará o contribuinte de pagar as taxas ou tarifas correspondentes ao período de interrupção, cujo valor será deduzido diretamente da conta que lhe apresentar o órgão ou entidade prestador de serviço.

§ 19 – O produto da arrecadação das taxas e das contribuições de melhoria destina-se, exclusivamente, ao custeio dos serviços e atividades ou das obras públicas que lhes dão fundamento.

§ 20 – Lei municipal poderá instituir Unidade Fiscal Municipal para efeito de atualização monetária dos créditos fiscais do Município.

§ 21 – O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

§ 22 – A devolução de tributos indevidamente pagos, ou pagos a maior, será feita pelo seu valor corrigido até sua efetivação.

**SEÇÃO III
DOS ORÇAMENTOS****ARTIGO 118**

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I. O plano plurianual de investimentos;
- II. As diretrizes orçamentárias;
- III. Os orçamentos anuais.

§ 1º – A lei que instituir o plano plurianual de investimentos, estabelecerá as diretrizes, objetivos e as metas para a Administração, provendo as despesas de capital e outras dela decorrentes bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º – A lei de diretrizes orçamentárias definirá as metas e prioridades para a Administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

§ 3º – O Poder Executivo providenciará a publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, de relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º – A Lei orçamentária anual compreenderá:

- a) O orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;
- b) O orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- c) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos ou mantidos pelo Poder Público.

§ 5º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 6º – Os orçamentos, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades entre os diversos distritos do Município.

§ 7º – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratações de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas, nos termos da lei.

§ 8º – Será permitida a participação popular, nos projetos de lei de que trata este artigo, através das suas entidades de classes, organizações sindicais ou associações legalmente constituídas.

ARTIGO 119

Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal.

§ 1º – Caberá a uma Comissão Permanente de Vereadores:

- I. Examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;
- II. Examinar e emitir parecer sobre os planos setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal.

§ 2º – As emendas apresentadas na Comissão que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário.

§ 3º – As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente serão aprovadas caso:

- I. Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitido apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que indicam sobre:
 - a) Dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) Serviços de dívida.
- III. Sejam relacionadas:
 - a) Com a correção de erros;
 - b) Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º – As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente da parte cuja alteração é proposta.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- § 6º – Os projetos de lei do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal, nos termos da Lei Complementar a que refere o artigo 165, § 9º, da Constituição da República.
- § 7º – Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrair o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.
- § 8º – Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem, sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- § 9º – Na apreciação e votação do orçamento anual o Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo todas as informações sobre a situação do indiciamento do Município, detalhados para cada empréstimo existente e acompanhados das agregações e consolidações pertinentes.

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 021 DE 15 DE MAIO DE 2006.

EMENTA: *Estabelece prazo para encaminhamento dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, do Orçamento Anual, e de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a Mesa da Câmara Municipal de Mendes promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Mendes:

Artigo 1º – O art. 119, § 6º da Lei Orgânica do Município passa a ter a seguinte redação:
Art. 119 ...

§ 6º - Fica fixado o prazo até 15 de outubro do exercício financeiro para que o Prefeito encaminhe à Câmara Municipal os Projetos de Lei do Plano Plurianual, do Orçamento Anual e até 30 de junho quanto ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo este ser votado até 15 de agosto do mesmo exercício para devolução e sanção.

Artigo 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes, em 15 de maio de 2006.

ARTIGO 120

São vedados:

- I. O início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual;
- II. A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III. A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela maioria absoluta da Câmara Municipal;
- IV. A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro;
- V. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII. A concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade;
- IX. A utilização, sem autorização legislativa específica de recurso dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

CAPÍTULO VI

DOS CONTRATOS PÚBLICOS E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DOS CONTRATOS PÚBLICOS

ARTIGO 121

O Município e suas entidades da Administração indireta cumprirão as normas gerais de licitação e contratação estabelecidas na legislação federal, e as especiais que fixar a legislação municipal, observando o seguinte:

- I. Prevalência de princípios e regras de direito público, aplicando-se os de direito privado supletivamente, inclusive nos contratos celebrados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;
- II. Instauração de um processo administrativo para cada licitação;
- III. Manutenção de registro cadastral de licitantes, atualizado anualmente e incluindo dados sobre o desempenho na execução de contratos anteriores.

SEÇÃO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ARTIGO 122

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

Os atos administrativos constitutivos e disciplinares serão expedidos e os contratos públicos serão autorizados ou resolvidos por decisão proferida pela autoridade competente ao término do processo administrativo.

ARTIGO 123

O processo administrativo, autuado, protocolado e numerado terá início mediante provocação do órgão, da entidade ou da pessoa interessada, devendo conter, entre outras peças:

- I. A descrição dos fatos e a indicação do direito em que se fundamenta o pedido ou a providência administrativa;
- II. A prova do preenchimento de condições ou requisitos legais ou regulamentares;
- III. Os relatórios e pareceres técnicos ou jurídicos necessários aos esclarecimentos das questões sujeitas à decisão;
- IV. Os atos designativos de comissões ou técnicos que atuarão em funções de apuração e peritagem;
- V. Notificações e editais, quando exigidos por lei ou regulamento;
- VI. Termos de contrato ou instrumentos equivalentes;
- VII. Certidão ou comprovante de publicação dos despachos que formulem exigências ou determinem diligências;
- VIII. Documentos oferecidos pelos interessados, pertinentes ao objeto do processo;
- IX. Recursos eventualmente interpostos.

ARTIGO 124

A autoridade administrativa não estará adstrita aos relatórios e pareceres, mas explicitará as razões de seu convencimento sempre que decidir contrariamente a eles, sob pena de nulidade da decisão.

CAPÍTULO VII

DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA PROPRIEDADE

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 125

É facultado ao Poder Público Municipal intervir na propriedade privada mediante desapropriação, parcelamento ou edificação compulsórios, tombamento, requisição, ocupação temporária, instituição de servidão e imposição de limitações administrativas.

§ 1º – Os atos de desapropriação, de parcelamento ou edificação compulsórios, de tombamento e de requisição obedecerão ao que dispuserem as legislações federal e estadual pertinentes.

§ 2º – Os atos de ocupação temporária, de instituição de servidão e de imposição de limitações administrativas obedecerão ao disposto na legislação municipal, observados os princípios gerais fixados nesta Lei.

SEÇÃO II

DA OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

ARTIGO 126

É facultado ao Poder Executivo o uso temporário, remunerado ou gratuito, de bem particular durante a realização de obra, serviço ou atividade de interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO

A remuneração será obrigatória, se o uso temporário impedir o uso habitual.

ARTIGO 127

O proprietário do bem será indenizado se da ocupação resultar dano de qualquer natureza.

SEÇÃO III

DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

ARTIGO 128

É facultado ao Poder Executivo, mediante termo levado ao registro imobiliário, impor ônus real de uso a imóvel particular, para o fim de realizar serviço público de caráter permanente.

PARÁGRAFO ÚNICO

A lei poderá legitimar entidades da Administração indireta e empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos para a instituição de servidão administrativa.

ARTIGO 129

O proprietário do prédio serviente será indenizado sempre que o uso público decorrente da servidão acarretar dano de qualquer natureza.

SEÇÃO IV

DAS LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 130

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

A lei limitará o exercício dos atributos da propriedade privada em favor do interesse público local, especialmente em relação ao direito de construir, à segurança pública, aos costumes, à saúde pública, à proteção ambiental e a estética urbana.

PARÁGRAFO ÚNICO

As limitações administrativas terão caráter gratuito e sujeitarão o proprietário ao poder de polícia de autoridade municipal competente, cujos atos serão providos de auto executoriedade, exceto quando sua efetivação depender de constrição somente executável por via judicial.

TÍTULO VI DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

ARTIGO 131

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

ARTIGO 132

O Município, nos limites de sua competência, com observância dos princípios inseridos na Constituição Federal, deverá:

- I. Promover o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e agropecuárias, estimulando a instalação, em seu território, de indústrias básicas e de, modo especial, dispensar tratamento favorecido às empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte;
- II. Defender a economia pública e particular de toda a exploração de caráter parasitário e não compatível com os interesses superiores da vida humana;
- III. Assegurar e desenvolver a função social da propriedade e do capital;
- IV. Promover o amparo à produção e velar pela adoção de condições de trabalho compatíveis com a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos da coletividade;
- V. Dispensar especial proteção ao trabalho, reconhecimento como principal fator de produção de riqueza;
- VI. Reprimir quaisquer formas de abuso econômico;
- VII. Sempre que possível, municipalizar os serviços de abastecimento d'água à população, os de iluminação e força par o consumo público e privado, como também os de saneamento e remoção de lixo;
- VIII. Organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por licitação, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, organizando um plano geral rodoviário e ferroviário, regulamentando os serviços de transporte de aluguel;
- IX. Intervir diretamente na gerência das atividades econômicas particulares, quando haja de financiá-las e para conseguir benefícios sociais superiores aos que seriam obtidos sem a sua intervenção;
- X. Garantir a participação das organizações populares e entidades civis na ocasião da elaboração do Plano Diretor.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA

ARTIGO 133

A política urbana do Município tem como objetivos básicos:

- I. Garantir acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, saúde, lazer, educação, cultura, segurança, coleta de lixo, abastecimento de águas e manutenção de vias de circulação;
- II. Preservar o patrimônio ambiental e cultural;
- III. Promover no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, através de um Plano Diretor, visando à proteção ambiental e estabelecendo parâmetros urbanísticos básicos;
- IV. Promover o desenvolvimento urbano, através de normas compatíveis com as estaduais, metropolitanas e federais preservados sempre os interesses do Município;
- V. Delimitar as zonas industriais e nelas estimular a instalação de empresas;
- VI. Exercer seu poder de política urbanística, especialmente quanto ao controle de loteamento, licenciamento e fiscalização de obras em geral, principalmente as de uso comum do povo.

ARTIGO 134

O imposto progressivo, contribuição de melhorias e a edificação compulsória não poderão incidir sobre terrenos de até trezentos metros quadrados destinados à moradia do proprietário que não tenha outro imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO

Deverá ser controlada a qualidade e a adequação das edificações, evitando com isto a construção de edificações precárias destinadas a uma subutilização, em relação ao potencial do terreno.

ARTIGO 135

Sendo prioridade social a criação de política habitacional capaz de atender às necessidades da população, o Município incentivará a construção de novas habitações, através de um parcelamento justo do solo, como também através, entre outros, da recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária, visando ao uso e à ocupação do solo de forma ordenada.

ARTIGO 136

Na repressão à especulação imobiliária e fundiária, o Município manterá registro público, acessível a todos os cidadãos, contendo o cadastro imobiliário e fundiário.

SEÇÃO II
DO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO

ARTIGO 137

O planejamento urbanístico municipal atua no processo de urbanização com a função de coordenação e na compatibilização das atividades humanas com a preservação de ecossistemas e do meio ambiente, obedecendo aos princípios e orientação fixados nas legislações urbanística e ambientais estadual e federal.

ARTIGO 138

O planejamento urbanístico municipal compõe-se dos seguintes instrumentos:

- I. Plano Urbanístico Geral;
- II. Planos Urbanísticos Setoriais;
- III. Plano Urbano ou Plano Diretor da Cidade.

§ 1º – O Plano Urbanístico Geral abrange toda a área do Município.

§ 2º – Os Planos Urbanísticos Setoriais abrangem as áreas do Município onde seja mais intenso o processo de urbanização e depredação ambiental ou que se considerem prioritárias para efeito de urbanização ou proteção ambiental.

§ 3º – O Plano Urbano ou Plano Diretor da Cidade abrangerá toda a área do Município com a finalidade de ordenar o processo de urbanização ou correção pela reurbanização.

ARTIGO 139

Ao planejamento urbanístico aplicam-se, entre outras as seguintes diretrizes:

- I. Controle do processo de urbanização com visitas à manutenção do equilíbrio entre a população urbana e a preservação do equilíbrio ambiental;
- II. Organização, nos limites da competência municipal, de todas as funções da vida comunitária ligadas ao trabalho, habitação, circulação e recreação;
- III. Promoção de melhoramentos nas áreas reservadas às atividades agropecuárias visando ao bem-estar da população;
- IV. Proteção ao meio ambiente;
- V. Classificação de uso do solo em área com destinação:
 - a) Residencial;
 - b) Comercial;
 - c) Residencial-comercial;
 - d) Comercial-residencial;
 - e) Industrial;
 - f) Universitária e de pesquisa;
 - g) Turismo-residencial;
 - h) Recreação e lazer;
 - i) Preservação ambiental.

§ 1º – Nas áreas destinadas à recreação e lazer estão incluídas áreas verdes e equipamentos comunitários.

§ 2º – A legislação municipal definirá a forma de uso de todas as áreas podendo ampliar a classificação prevista neste artigo.

§ 3º – Nas hipóteses das alíneas a, d e g, dar-se-á prevalência para a primeira destinação ali prevista.

ARTIGO 140

O planejamento urbanístico municipal será realizado com a cooperação das associações representativas dos diversos segmentos sociais interessados, especialmente aqueles dedicadas às questões comunitárias e ambientais.

ARTIGO 141

As alterações no zoneamento serão procedidas por leis, precedidas de consulta à população interessada, através de audiências públicas.

ARTIGO 142

O Município, de acordo com as diretrizes do planejamento urbanístico, estabelecerá normas para edificação e loteamento, atendidas as peculiaridades locais e respeitadas as legislações federal e estadual, especialmente as de proteção ao meio ambiente.

ARTIGO 143

Para atendimento ao disposto no artigo anterior, lei municipal fixará requisitos, dimensão de áreas e de todas as características essenciais, objetivando:

- I. O estímulo à construção de unidades e conjuntos residenciais de caráter popular;
- II. A reserva de áreas verdes em proporção mínima de doze metros quadrados por pessoa;
- III. A formação de centros comunitários e sociais;
- IV. A instalação de ciclovias para transporte;
- V. O incentivo à criação de áreas de recreação e lazer e construção de clubes e áreas esportivas;
- VI. A preservação das áreas de interesse ecológico, histórico paisagístico, turístico, paleontológico e arqueológico.

ARTIGO 144

O planejamento municipal dos meios de transportes visará primordialmente:

- I. À integração total da área do Município;
- II. À circulação de veículos e pedestres;
- III. À utilização, em condições de segurança, das vias e logradouros públicos;
- IV. À instalação de redes de ciclovias e todas as vias de tráfego, em condições de segurança tanto para o ciclista quanto para a guarda da bicicleta;
- V. À estruturação adequada dos transportes não poluentes.

ARTIGO 145

Os planos urbanísticos e urbano disporão sobre a preservação do meio ambiente visando a proporcionar melhor qualidade de vida à população urbana, proteger os ecossistemas, observadas as legislações ambientes.

SEÇÃO III
DO DESENVOLVIMENTO URBANO

ARTIGO 146

São instrumentos capazes de proporcionar o desenvolvimento urbano no Município:

- I. Plano Diretor, elaborado através de órgão técnico municipal ou órgão conveniado, dispondendo sobre:
 - a) Zoneamento de todo território municipal;
 - b) Diretrizes de uso e ocupação do solo;
 - c) Parcelamento do solo;
 - d) Índices urbanísticos;
 - e) Diretrizes econômico-financeira e administrativa;
 - f) Proteção ao meio ambiente;
 - g) Patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico;
- II. Instrumento tributários e financeiros, constituídos por:
 - a) Imposto predial e territorial urbano progressivo e diferenciado por zonas ou outros critérios de ocupação e uso do solo;
 - b) Taxas e tarifas diferenciadas por zonas;
 - c) Contribuições de melhorias;
 - d) Incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
 - e) Fundos destinados ao desenvolvimento urbano.
- III. Os seguintes institutos jurídicos:
 - a) Discriminação de terras públicas;
 - b) desapropriação;
 - c) parcelamento ou edificações compulsórios;
 - d) medidas de proteção ao meio ambiente e de combate à poluição;
 - e) servidão administrativa;
 - f) tombamento de imóveis;
 - g) cessão ou concessão de uso.

PARÁGRAFO ÚNICO

O plano é instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e só poderá ser revisto a cada cinco anos.

ARTIGO 147

A participação comunitária ocorrerá obrigatoriamente na elaboração do Plano Diretor.

§ 1º – A participação popular será assegurada pela representação de entidades e associações comunitárias, através de grupos de trabalho, colegiados provisórios ou permanentes e mediante audiências públicas convocadas por editais.

ARTIGO 148

Através de sua política tributária, o Município regulamentará a aplicação de tributos e instrumentos jurídicos necessários para incentivar utilização, o destino e a ocupação de terras ociosas ou subutilizadas.

ARTIGO 149

Para assegurar a função social da propriedade, poderá o Município determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização de terrenos ociosos, fixando as condições e os prazos necessários à sua execução.

**SEÇÃO IV
DOS TRANSPORTES COLETIVOS**

ARTIGO 150

É dever do Município planejar, organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, o serviço de transporte coletivo, que possui caráter essencial.

PARÁGRAFO ÚNICO

A lei disporá sobre:

- I. O planejamento;
- II. A organização;
- III. A prestação dos serviços;
- IV. A política tarifária;
- V. Os direitos dos usuários.

**EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2013.
ALTERA OS ARTIGOS 150 E 153**

Promove alteração na redação dos artigos 150 e 153 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

**Iniciativa: Poder Executivo*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 1º Promove alteração na redação dos artigos 150 e 153 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150. É dever do Município planejar, organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão, o serviço de transporte coletivo regular, que possui caráter essencial.

A lei disporá sobre:

- I. o planejamento;
- II. a organização;
- III. a prestação dos serviços;
- IV. a política tarifária;
- V. os direitos dos usuários.”

“Art. 153. A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo regular, observados os preceitos da Lei Municipal nº 1.169/2007 e da Lei Federal nº 8.987/1995, será precedida de licitação em sua vigência será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada pelo período de até 05 (cinco) anos, caso satisfeitas as exigências previstas na legislação aplicável.”

Parágrafo Único – O procedimento para a prorrogação da concessão de que trata este artigo deverá ser submetido a análise e deliberação do Plenário da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mendes, 28 de junho de 2013.

ARTIGO 151

Compete ao Poder Executivo, atendendo aos critérios do Plano Diretor, planejar e definir as tarifas, os itinerários, o controle de vetores poluentes de natureza sonora ou atmosférica e as normas mínimas de segurança para o tráfego viário.

ARTIGO 152

Definidas as normas de planejamento viário e respeitado o Plano Diretor, o poder concedente priorizará:

- I. A regulamentação de horários;
- II. O estabelecimento do número mínimo e do tipo dos veículos utilizados;
- III. A obrigatoriedade de instalações mecânicas que possibilitem acesso aos veículos por parte de pessoas portadoras de deficiência física e dos idosos;
- IV. A fiscalização dos serviços.

ARTIGO 153

As concessões ou permissões para exploração dos serviços de transportes coletivos somente poderão ser efetivadas mediante aprovação do Poder Legislativo, alcançada a maioria de dois terços de seus representantes, após o que atenderão às seguintes normas:

- I. Serão precedidas de concorrência pública;
- II. A concessão será dada pelo prazo de 04 (quatro) anos, no caso de permissão, serão estabelecidas normas específicas pelo poder concedente;
- III. As concessões e permissões poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente;
- IV. As concessões e permissões poderão ser suspensas a qualquer tempo desde que não sejam satisfatórios os respectivos serviços prestados.

ARTIGO 154

É dever do Município fornecer transporte coletivo condizente com o poder aquisitivo dos usuários, respeitado o custo de sua utilização.

ARTIGO 155

São isentos de tarifas, nos serviços de transportes coletivos municipais, mediante a apresentação de documento de passe livre, a ser instituído pelo poder concedente:

- I. Os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II. Os menores de 07 (sete) anos de idade;
- III. Os estudantes do primeiro e segundo graus, diurno e noturno, da rede oficial de ensino na forma da lei;
- IV. As pessoas portadoras de deficiências físicas que as impeçam de locomoção e seu respectivo acompanhante.

**EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 03 DE 30 DE MARÇO DE 1992.
RESOLUÇÃO Nº 06 DE 30 DE MARÇO DE 1992.**

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa ao inciso III do art. 155 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990..

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – O item III do art. 155 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155 ...

- III. Os estudante do primeiro grau, diurno e noturno da rede oficial de Ensino da forma da Lei,”

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 30 de março de 1992.

**EMENDA MODIFICATIVA, QUE DISPÕE SOBRE O RESTABELECIMENTO DO INCISO III, DO ART. 155 DA
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.**

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 02 DE 03 DE MARÇO DE 1994.

EMENTA: Restabelece o inciso III, do art. 155 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Fica restabelecida a redação do inciso III, do art. 155, da Lei Orgânica do Município, conforme foi promulgada em 05 de abril de 1990.

Artigo 2º – Fica revogada a Resolução Nº 06 de 30 de março de 1992.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 03 de março de 1994.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 04 DE 08 DE ABRIL DE 1994.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva ao inciso III do art. 155 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Ao inciso III do art. 155 da Lei Orgânica do Município, inclua-se:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

"Inciso III ...

Aos alunos do 1º e 2º graus diurno e noturno da rede particular de ensino.

Artigo 2º – Esta Emenda Aditiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 08 de abril de 1994.

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 16 DE 25 DE MAIO DE 1998.

EMENTA: Dá nova redação do inciso III do art. 155 da LOM.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Ao inciso III do art. 155 da Lei Orgânica do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Inciso III ...

Os estudantes da rede oficial de ensino matriculados na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, podendo a isenção ser concedida aos estudantes da rede particular, na forma em que dispuser a lei municipal.

Artigo 2º – Esta Emenda Aditiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mendes, em 25 de maio de 1998.

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 020 DE 15 DE MAIO DE 2006.

EMENTA: Emenda Modificativa aos incisos III e IV do artigo 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Artigo 1º – Os incisos III e IV do artigo 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Inciso III – Os estudantes da rede oficial de ensino matriculados na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, bem como os alunos dos cursos profissionalizantes gratuitos promovidos por instituições públicas no Município. Poderá a isenção ser concedida ainda aos estudantes da rede particular, na forma em que dispuser a lei municipal e aos alunos de outros cursos que venham a ser criados no âmbito do município, desde que acordado entre as partes."

"Inciso IV – As pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais que as impeçam de locomoção e seu respectivo acompanhante."

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes, em 15 de maio de 2006.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÁRIA

ARTIGO 156

O Município, através do Poder Executivo, criará a Secretaria de Agricultura, que terá a seguinte finalidade:

- I. Estimular de todas as formas o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Município;
- II. Incentivar o pequeno agricultor através da distribuição de insumos, tais como sementes, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e medicamentos;
- III. Orientação quanto à tecnologia rural a ser aplicada a cada caso;
- IV. Criar espaço permanente para comercialização e estocagem dos produtos agropecuários do Município, de forma permitir o seu acesso à população local;
- V. Estimular e apoiar eventos como feiras, amostras, exposições, concursos, etc., que promovam a atividade de agropecuária no Município;
- VI. Conservar trafegáveis as estradas de acesso às zonas de produção para permitir o escoamento dos produtos;
- VII. Celebrar convênios com entidades de ensino e pesquisa de extensão rural com a finalidade de manter atualizado o produtor;
- VIII. Desenvolver ações junto aos poderes públicos estadual e federal no sentido de carrear recursos financeiros e materiais para atender às necessidades básicas dos produtores;
- IX. Manter atualizado o cadastro agropecuário do Município.

TÍTULO VII
DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 157

A ordem social tem como fundamento a prioridade do trabalho e, como objetivo o bem-estar, o desenvolvimento e a justiça social.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 05 DE 15 DE ABRIL DE 1993.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclua-se:

“Art. 157

Da Assistência à Mulher

Parágrafo 1º – O Município garantirá assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da vida através da implantação de política específica, assegurando:

- I. Direito à auto-regulação da fertilidade, com livre decisão da mulher, do homem ou do casal, tanto para exercer a procriação, como para evitá-la;
- II. Fornecimento de recursos educacionais, científicos e assistencial, bem como acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais e informações sobre os resultados, indicações e contra-indicações, vedado qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições públicas ou privadas;
- III. Assistência pré-nupcial, pré-natal, ao parto e ao puerpério e incentivo ao aleitamento, além de assistência clínico-ginecológica, com garantia de exames preventivos para o câncer ginecológico;
- IV. Ampla proteção à constituição da família em suas diversas fases;
- V. No caso de distribuição de contraceptivos de comprovada eficácia científica, isto se fará mediante receita médica, a qual ficará retida;
- VI. O município garantirá assistência à mulher, em caso de aborto, provocado ou não, na forma da Lei, assim como os casos de violência contra a mulher;
- VII. Proteção à maternidade, especialmente à gestante pobre.

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 15 de abril de 1993.

CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 158

O Município zelará pelo conjunto de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, de conformidade com as disposições da Constituição da República e demais leis.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Município assumirá as despesas com o sepultamento, inclusive o fornecimento de esquife para os que percebam até um salário mínimo, os desempregados e para os reconhecidamente pobres na forma da lei.

ARTIGO 159

A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante política social e econômica que visem à eliminação ou risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

ARTIGO 160

Para atingir aos objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

- I. Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
- II. Respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

- III. Acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

ARTIGO 161

As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, completamente, através de serviços de terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO

É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

ARTIGO 162

São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

- I. Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;
- II. Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;
- III. Gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV. Executar serviços de:
 - a) Vigilância epidemiológica;
 - b) Vigilância sanitária;
 - c) Alimentação e nutrição.
- V. Planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;
- VI. Executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- VII. Fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes para controlá-las;
- VIII. Formar consórcios intermunicipais de saúde;
- IX. Gerir laboratórios públicos de saúde;
- X. Avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;
- XI. Autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 05 DE 15 DE ABRIL DE 1993.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclua-se:

*Art. 162

- XII. *Propor convênios com Universidades, Fundações e outros órgãos técnicos, formadores de conhecimentos na área de saúde;*
- XIII. *Desenvolver política de recursos humanos na área de saúde, garantindo admissão através de aprovação prévia em concurso público de provas, de provas e títulos e a capacitação técnica e reciclagem periódicas, de acordo com as políticas; Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, buscando proporcionar sua adequação, às necessidades do Município;*
- XIV. *Criar e implantar sistema municipal público de sangue, componentes e derivados, para garantir a auto suficiência do Município, no setor, assegurando a preservação da saúde do doador e do receptor de sangue;*
- XV. *Viabilizar a assistência odontológica, fonoaudiológica, fisioterápica, oftalmológica e psicológica de boa qualidade para atender à demanda da população;*
- XVI. *Participar da fiscalização da segurança e da saúde do trabalhador para a prevenção de acidentes de trabalho, em conjunto com os sindicatos e associações técnicas, mediante:*
 - a) *Informação aos trabalhadores a respeito de atividades que comportem riscos à saúde;*
 - b) *Notificação compulsória pelos ambulatorios médicos dos órgãos de empresas públicas ou privadas, das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho;*
 - c) *Intervenção do Poder Público, através do SUS, no local de trabalho em caso de risco iminente para o trabalhador;*
 - d) *Direito de recusa do trabalho em ambiente sem controle adequado de riscos, assegurando a permanência no emprego, após parecer do Conselho Municipal de Saúde;*
- XVII. *Formular política de prevenção integral do uso indevido de drogas, em harmonia com as iniciativas vigentes na esfera Federal e Estadual, no setor;*
- XVIII. *Fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano;*

- XIX.** Formular e implantar política de atendimento à saúde de portadores de deficiências físicas ou mental, bem como coordenar e fiscalizar os serviços de ações específicas de modo a garantir a prevenção de doenças ou condições que favoreçam o seu surgimento, podendo oferecer o direito à habitação, reabilitação e integração social, com todos os recursos necessários, inclusive o acesso aos materiais e equipamentos de reabilitação.

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 15 de abril de 1993.

ARTIGO 163

As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. Comando exercido pela Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Comunitário de Saúde;
- II. Integralidade e fiscalização na prestação das ações de saúde, coibindo a imperícia, a negligência, a imprudência e a omissão de socorro nos estabelecimentos hospitalares oficiais e particulares existentes no Município, cominando penalidades severas para os responsáveis pelo ato.
- III. Organização de distritos sanitários com alocação de recursos, técnicas e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;
- IV. Participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário;
- V. Direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

§ 1º – Quando se tratar de estabelecimento particular, as penalidades poderão variar da imposição de multas pecuniárias à cassação da licença de funcionamento.

§ 2º – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

- I. Área geográfica de abrangência;
- II. Inscrição de clientela;
- III. Resolutividade de serviços à disposição da população.

**EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 05 DE 15 DE ABRIL DE 1993.**

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclua-se:

“Art. 163

II -

- a) O tratamento aos pacientes será controlado pelo Conselho Municipal de Saúde que através de uma junta médica por ele, apresentará relatório conjunto, periodicamente, direcionado ao Poder Público executivo, no qual poderá sugerir o descredenciamento da instituição privada, ou sem fim lucrativo, prestadora eventual desses serviços e declarada a sua idoneidade para continuar a funcionar em tais atividades;
 - b) O Poder Público, poderá, após o parecer do Conselho Municipal de Saúde, intervir nos serviços de saúde de natureza privada, filantrópica e sem fins lucrativos que descumprirem as diretrizes do Sistema Único de Saúde no município ou termos contratuais.
- III -
- a) As instituições privadas poderão participar de forma complementar no Sistema Único de Saúde, mediante o contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos;
 - b) A contratação de serviços de saúde privados, deverão ser precedido de audiência com os conselhos municipais de saúde.

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 15 de abril de 1993.

ARTIGO 164

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

O Prefeito convocará anualmente a Conferência Municipal de Saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

ARTIGO 165

A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

- I. Formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;
- II. Planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde;
- III. Aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas às diretrizes do plano municipal de saúde.

ARTIGO 166

As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

ARTIGO 167

O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º – Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º – O montante das despesas de saúde não será inferior às despesas globais do orçamento anual do Município.

§ 3º – É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

ARTIGO 168

É dever do Município promover programa de saúde visando a prevenção de doenças de várias naturezas:

- I. Através de campanhas educativas de população, nas instituições de saúde as associações de moradores, clubes, sindicatos e em qualquer outra entidade civil;
- II. Em todo estabelecimento de ensino público ou privado no Município;
- III. Garantindo a instalação de água potável e canalizada nas escolas públicas do Município;
- IV. Criando usinas de tratamento de lixo, visando também, o aproveitamento econômico sob forma de adubo orgânico, com reciclagem de outros materiais;
- V. Exercendo controle rigoroso do uso de substâncias tóxicas ou produtos de origem radioativa, garantindo aos munícipes, através de suas associações e organizações civis, o acesso ao cadastramento para controle.

EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 05 DE 15 DE ABRIL DE 1993.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 157, 162, 163 e 168 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclua-se:

*Art. 168

VI – A assistência farmacêutica, faz parte da assistência global de saúde e suas ações, devem ser integradas ao Sistema Único de Saúde;

- a) Garantir o acesso de toda a população do município aos medicamentos básicos através da elaboração de lista padronizada desses medicamentos;
- b) Prover a criação de programa suplementar que poderá oferecer medicamentos às pessoas portadoras de necessidades especiais, nos casos em que o seu uso seja imprescindível à vida;
- c) O Município, só adquirirá medicamentos produzidos pela rede privada, quando a rede pública não estiver capacitada a fornecê-los.

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 15 de abril de 1993.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

ARTIGO 169

A educação, direito de todos, é dever do Município e da família será promovida e incentivada com a colaboração da União, do Estado, da Comunidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania, aprimoramento da Democracia e dos direitos humanos.

ARTIGO 170

O Município manterá obrigatoriamente e gratuitamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental a todos os educandos, proporcionando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, independente de idade, e ainda, os seguintes princípios:

- I. Gestão democrática do ensino público municipal, na forma da lei, atendendo às seguintes diretrizes:
 - a) Participação da Comunidade na formação da política educacional e no acompanhamento de sua execução;
 - b) Criação de mecanismos para prestação de contas à comunidade da utilização dos recursos destinados à educação;
 - c) Participação de estudantes, professores, pais e funcionários, através do funcionamento de Conselhos Comunitários em todas as unidades escolares para acompanharem o nível pedagógico da escola, segundo as normas dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação;
 - d) Assistência à saúde dos educandos, no que se refere ao tratamento médico-odontológico ou destes decorrentes, independente da idade etária dos educandos;
 - e) Eleições diretas, na forma da lei, para a Direção das Instituições de Ensino, mantidas pelo poder público municipal, com a participação da comunidade escolar a que pertençam.
- II. A não oferta ou a oferta insuficiente do ensino obrigatório e gratuito pelo Poder Público, importará na responsabilidade direta da autoridade competente nos termos da lei.

ARTIGO 171

A Educação Infantil abrangerá as classes de Pré-Escolar constituindo responsabilidade obrigatória do Município não excluindo a ação direta em Assistência Técnica e Financeira da União e do Estado.

ARTIGO 172

O Ensino Fundamental abrangerá as classes seriadas e multisseriadas do primeiro segmento do 1º grau.

ARTIGO 173

Os recursos para a manutenção e desenvolvimento da Educação compreenderão:

- § 1º – Vinte e cinco por cento no mínimo da receita resultante dos impostos, compreendida e proveniente de transferências e fará publicar bimestralmente o relatório da execução orçamentária da despesa, discriminando os gastos mensais na manutenção e conservação de Escolas.
- § 2º – As transferências específicas de União e o Estado.
- § 3º – As dotações orçamentárias da Educação serão intransferíveis.

ARTIGO 174

Integra o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático, alimentação, assistência à saúde e transporte que serão financiados com os recursos provenientes de contribuições e outros recursos orçamentários previstos na Constituição Estadual bem como às escolas de natureza filantrópicas ou comunitárias, comprovadamente sem fins lucrativos e que ofereçam ensino gratuito a todos, poderá ser destinado um percentual máximo de 3% (três por cento) dos recursos de que trata o art. 312, parágrafo único, da Constituição Estadual.

ARTIGO 175

Serão fixados conteúdos significativos para o ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, locais, regionais e nacionais enfatizando a Ecologia e a Formação Cívica.

ARTIGO 176

O Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental.

ARTIGO 177

Em consonância com a Constituição Estadual, fica assegurado a participação dos Poderes Públicos Municipais para assistência ao educando portador de deficiências em postos de atendimentos com médicos, psiquiatras, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e, quando comprovadamente necessário, por professores de educação especial.

ARTIGO 178

Será assegurado ao professor público municipal, cursos de atualização, treinamento e reciclagem na área pedagógica para garantir a qualidade de ensino.

**EMENDA ADITIVA AOS ARTIGOS 178 e 192 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 07 DE 26 DE ABRIL DE 1993.**

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 178 e 192 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 178 e 192 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclua-se:

Art. 178

Parágrafo 1º – É assegurado aos meninos e meninas que estão nas ruas, aos órfãos e às crianças, cujas mães trabalham fora em emprego comprovado, o atendimento na rede de ensino público, em horário integral e alimentação, não importando o seu bairro de origem e do período de matrícula;

Artigo 2º – Esta Emenda Aditiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 26 de abril de 1993.

ARTIGO 179

Os portadores de deficiência mental e sensorial, terão matrícula preferencial e atendimento educacional na rede regular municipal de ensino.

ARTIGO 180

A Educação Física é considerada disciplina curricular regular e obrigatória nas escolas municipais, equipadas materialmente e com recursos humanos qualificados.

ARTIGO 181

A implantação de novas escolas no município se fará mediante recenseamento escolar “in loco” e que indique ser prioridade a necessidade da medida.

ARTIGO 182

Compete ao Poder Público, recensear, periodicamente, as crianças em idade escolar, com a finalidade de orientar a política de expansão da rede pública municipal e a elaboração do plano municipal de educação, bem como zelar e fiscalizar junto aos pais ou responsáveis pela frequência à escola do educando.

ARTIGO 183

Fica assegurada a liberdade de organização dos alunos, professores, funcionários e pais de alunos, sendo facultativa a utilização das instalações dos estabelecimentos de ensino para as atividades das associações com fins de estudos e reuniões de interesse da comunidade.

ARTIGO 184

Os membros do magistério público municipal não poderão ser afastados do exercício da Regência de Turma, salvo para ocupar funções diretivas ou Chefias onde sejam absolutamente indispensáveis, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 84, da Constituição Estadual.

ARTIGO 185

Quando o número de vagas no Ensino Fundamental Municipal e Estadual for inferior à demanda de matrículas, ficará assegurada à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, criar comissão e estabelecer critérios para a concessão de bolsas de estudo.

ARTIGO 186

O governo municipal deverá criar e incentivar a manutenção de creches para os filhos dos trabalhadores, preferencialmente nos bairros onde estes residam, para a guarda e educação das crianças de zero a seis anos de idade.

**SEÇÃO II
DA CULTURA**

ARTIGO 187

O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura local, regional, estadual e nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

ARTIGO 188

O Município zelará pelo seu patrimônio cultural e natural e pelo seu acervo histórico e artístico visando preservar a memória e as raízes culturais de sua população.

ARTIGO 189

Constituem o patrimônio cultural municipal os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nas quais incluem:

- | | |
|------|--|
| I. | As formas de expressão; |
| II. | Os modos de criar, fazer e viver; |
| III. | As criações artísticas e tecnológicas; |

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais.

ARTIGO 190

Os recursos para a manutenção dos projetos e manifestações culturais compreenderão:

§ 1º – Cinco por cento no mínimo da receita resultante dos impostos do Município.

§ 2º – Captação de recursos e fundos do Estado, da União e de Empresas de acordo com a legislação vigente.

ARTIGO 191

O Município constituir-se-á em agente socializador na formação da identidade cultural das novas gerações através da integração Educação/Cultura.

ARTIGO 192

O Município criará e manterá espaços públicos devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas formas de manifestações culturais inclusive através de uso de próprios municipais com a:

- I. Instalação de Bibliotecas Públicas na sede do Município e bairros;
- II. Proteção do patrimônio histórico-cultural, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

EMENDA ADITIVA AOS ARTIGOS 178 e 192 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 07 DE 26 DE ABRIL DE 1993.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Aditiva aos arts. 178 e 192 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Aos artigos 178 e 192 da Lei Orgânica do Município, promulga em 05 de abril de 1990, inclui-se:

“Art. 192 ...

III – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, terá o prazo de seis meses a contar da data da promulgação desta Emenda, para através de seu órgão competente, fazer chegar às Escolas Públicas e Particulares do Município e às Bandas de Música do Município, quando esta estiver em atividade, as partituras de Instrumentos do Hino do Município.

Artigo 2º – Esta Emenda Aditiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 26 de abril de 1993.

ARTIGO 193

Os danos e ameaças do Patrimônio Cultural serão punidos na forma da lei.

SEÇÃO III DO DESPORTO E DO LAZER

ARTIGO 194

É dever do Município fomentar práticas formais e não formais, com direito de cada um, observados:

- I. Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional;
- II. A proteção e o incentivo às manifestações desportivas do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

ARTIGO 195

O Município assegurará a criação, a manutenção de espaços adequados à prática de esportes com o objetivo de:

- I. Promover jogos e competições desportivas inclusive de alunos da rede pública;
- II. Executar programas culturais, recreativos e projetos turísticos inter-municipais.

ARTIGO 196

O Município orientará, estimulará por todos os meios a educação física como desporto e lazer.

ARTIGO 197

Os recursos para o desenvolvimento das práticas desportivas a serem desenvolvidas compreenderão:

§ 1º – Dois por cento da receita resultante dos impostos do Município.

CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE

ARTIGO 198

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público, o dever de defendê-lo, zelar por sua recuperação e proteção em benefício das gerações atuais e futuras.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

- I. Fiscalizar e zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais;
- II. Proteger e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genérico, biológico, ecológico, paisagístico, histórico, paleontológico e arquitetônico;
- III. Implantar sistema de unidades de conservação representativo de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município, vedada qualquer utilização ou atividade que comprometa seus atributos essenciais;
- IV. Proteger e preservar a fauna e a flora, em especial as espécies ameaçadas de extinção, as vulneráveis e raras assegurando sua preservação e reprodução, vedadas as práticas que submetam os animais a crueldade;
- V. Estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;
- VI. Promover o gerenciamento integrado dos recursos hídricos, com a participação das associações civis e usuários, diretamente ou mediante permissão de uso, com base nos seguintes princípios:
 - a) Adoção das áreas das bacias e sub-bacias hidrográficas como unidade de planejamento e execução de planos, programas e projetos;
 - b) Unidade na administração da quantidade e da qualidade das águas;
 - c) Compatibilização entre os usos múltiplos, efetivos e potenciais;
 - d) Participação dos usuários no gerenciamento e obrigatoriedade de contribuição para a recuperação e manutenção da qualidade em função do tipo intensidade do uso;
 - e) Ênfase no desenvolvimento e no emprego de métodos e critérios biológicos de avaliação de qualidade das águas.
- VII. Promover os meios defensivos necessários para evitar a pesca predatória;
- VIII. Promover o zoneamento agrícola do território, estabelecendo normas para a utilização dos solos que evitam a ocorrência de processos erosivos e a redução da fertilidade, estimulando o manejo integrado e a difusão de técnicas de controle biológico;
- IX. Controlar e fiscalizar a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a vida, a qualidade de vida, e o meio ambiente, incluindo materiais geneticamente alterados pela ação humana e fontes de radioatividade, som, calor e outras;
- X. Condicionar a implantação de instalações ou atividades efetiva ou potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente e prévia elaboração de estudos de impacto ambiental, a que se dará publicidade e à realização de audiências públicas, e de plebiscito com a população envolvida;
- XI. Requisitar a realização periódica de auditorias nos sistemas de controle da poluição e prevenção de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidade de física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde de seus trabalhadores e da população afetada;
- XII. Estabelecer, controlar e fiscalizar padrões de qualidade ambiental, considerando os efeitos sinérgicos e cumulativos da exposição às fontes de poluição, incluída a absorção de substâncias químicas através da dieta alimentar, com especial atenção para aquelas efetivas ou potencialmente cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas;
- XIII. Garantir o amplo acesso dos interessados as informações sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental e, em particular, aos resultados das monitoragens e das auditorias a que se refere o inciso I deste artigo;
- XIV. Informar sistematicamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes e a presença de substâncias danosas à saúde na água potável e nos alimentos;
- XV. Promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental e as que praticarem pesca predatória, obrigando-os, além das sanções que sofrerem, a repararem o dano causado, vedada a concessão de financiamento governamentais e incentivos fiscais ou facilidades de qualquer espécie às atividades que desrespeitam as normas e padrões de proteção ambiental;
- XVI. Buscar a integração das universidades, centros de pesquisa, associações civis e organizações sindicais nos esforços para garantir e aprimorar o controle de poluição, inclusive no ambiente de trabalho;
- XVII. Estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa, não poluente, bem como as tecnologias poupadoras de energia;
- XVIII. Estabelecer política tributária visando a efetivação do princípio poluidor-pagador e o estímulo ao desenvolvimento e implantação de tecnologias de controle e recuperação ambiental mais aperfeiçoadas;

- XIX.** Acompanhar e fiscalizar as concessões e direitos de pesquisa, exploração de recursos naturais efetuadas pela União ou pelo Estado no território do Município, especialmente os hídricos e minerais;
- XX.** Promover a conscientização permanente e sistemática da população e a adequação do ensino dentro do princípio de conscientizar-mobilizar, de forma a incorporar os princípios e objetivos de Educação Ambiental na escola e comunidade;
- XXI.** Implementar política setorial visando a coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos urbanos, com ênfase nos processos que envolvem sua reciclagem;
- XXII.** Instituir órgão específico, composto de um terço de representantes da coletividade notoriamente ligados às questões ambientais no Município, um terço de representantes de entidades ambientalistas com sede no Município e um terço de representantes do Poder Público, ao qual caberá, entre outras atribuições definidas por lei Complementar, dispor sobre sua formação e funcionamento, definir a Política Municipal do Meio Ambiente, bem como aprovar as normas de proteção ambiental, atendidos, ainda, os seguintes princípios:

- a) Ser presidido por pessoa especialmente designada pelo Prefeito, dentre os membros do Conselho;
- b) Mandato não remunerado e por um período de dois anos podendo ser reconduzido;
- c) Vaga para a entidade ambientalista, que poderá trocar o representante a seu critério.

§ 2º – As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão só infratores a sanções administrativas, com a aplicação de multas diárias e progressivas nos casos de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividades e a interdição, além da obrigação de restaurar os danos causados;

§ 3º – Aquele que utilizar recursos ambientais fica obrigado a realizar programas de monitoragem, a serem estabelecidos e fiscalizados pelos órgãos competentes, e recuperar gradativamente, à medida do uso, o meio ambiente degradado, a critério do órgão de controle ambiental.

§ 4º – Os servidores públicos, bem como acessores em cargo de chefia ou responsáveis por setores da Administração Pública, especialmente os encarregados da execução da Política Municipal do Meio Ambiente, terão poderes para fazer cumprir a legislação ambiental em vigor, podendo intimar, multar, autuar ou embargar obra ou ilícito, pessoalmente ou com auxílio de força policial, tendo prioridade em encaminhamentos diante do Poder Público.

§ 5º – Os servidores públicos, especialmente dos diretamente encarregados da execução da Política Municipal do Meio Ambiente, que tiverem conhecimento de infrações persistentes, intencionais ou por omissão as normas e padrões ambientais, deverão, imediatamente comunicar o fato ao Ministério Público e, do prazo máximo de dez dias, apresentar seus relatórios, sob pena de responsabilidade administrativa.

ARTIGO 199

O Poder Público estabelecerá especial encargo financeiro sobre a utilização, por particulares, dos recursos naturais, correspondente aos custos dos investimentos necessários à recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

PARÁGRAFO ÚNICO

O encargo a que se refere este artigo será estabelecido com base no tipo, na intensidade e na lesividade dos recursos ambientais.

ARTIGO 200

A instalação e a operação de atividade efetiva ou potencialmente causadora de alterações significativas do meio ambiente estarão condicionadas a aprovação, por plebiscito, mediante convocação pelo Poder Legislativo, inclusive por iniciativa de cinco por cento do eleitorado, nos termos do art. 14 da Constituição Federal.

ARTIGO 201

As obras públicas ou privadas cuja implementação em remoção massiva de moradores só poderão ser executadas depois de assegurado o reassentamento da comunidade atingida, na mesma região ou em local próximo.

ARTIGO 202

O Município promoverá, com a participação das comunidades, o zoneamento econômico-ecológico de seu território.

§ 1º – O zoneamento será feito com o concurso das associações civis, especialmente aquelas dedicadas às questões ambientais.

§ 2º – A efetiva implantação de áreas ou pólos industriais, bem como quaisquer transformações de uso do solo, dependerá de estudo de impacto ambiental do correspondente licenciamento.

§ 3º – O registro dos projetos de loteamento dependerá do prévio licenciamento, na forma da legislação de proteção ambiental.

§ 4º – As propriedades rurais ou consideradas como tal ficam obrigados a preservar, ou recuperar em espécies nativas, um mínimo de vinte por cento de sua área.

ARTIGO 203

São áreas de preservação permanente:

- I. Os manguezais, pântanos e brejos;
- II. Os estuários, lagos, lagoas e lagunas e as áreas estuarinas e baías e seus diversos estágios de evolução;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

- III. Os costões rochosos;
- IV. As nascentes e as faixas de proteção de água superficiais;
- V. As áreas que abriguem exemplares raros, os ameaçados de extinção, vulneráveis ou pouco conhecidos da fauna e flora silvestres, bem como aquelas que sirvam como local de pouso, alimentação e reprodução;
- VI. As áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural;
- VII. As áreas sujeitas a erosão, deslizamento e inundação periódicas;
- VIII. Aquelas assim declaradas por lei.

ARTIGO 204

São áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes, preservados seus atributos essenciais:

- I. As coberturas florestais nativas e primitivas;
- II. As serras e florestas;
- III. As fontes hidrominerais e quedas d'água;
- IV. Grutas e cavernas.

ARTIGO 205

O Poder Público estabelecerá restrições administrativas de uso de áreas privadas para fins de proteção de ecossistemas.

ARTIGO 206

As coberturas florestais nativas e primitivas, bem como as árvores que compõem o verde urbano existentes no Município, públicas ou privadas, são consideradas patrimônio especial de interesse público e indispensável ao processo de desenvolvimento equilibrado e à sadia qualidade de vida de seus habitantes, e não poderão ter suas áreas reduzidas, cabendo ao Poder Público estabelecer políticas e regulamentos de proteção e incentivo à arborização, levando em consideração os seguintes princípios:

- I. Estimular a ampliação das áreas;
- II. Estabelecer exigências de plantio de árvores proporcional à área utilizada;
- III. Elaborar programas de arborização, estabelecendo padrões mínimos anuais de área verde por habitante, visando atingir o mínimo de doze metros quadrados por pessoa, conforme exigido pela Organização Mundial de Saúde;
- IV. Estimular projetos de arborização privados, especialmente aqueles elaborados por associações ambientalistas;
- V. Proteger do corte qualquer árvore pública ou privada, a não ser em caso de ameaça à saúde ou à segurança pública, ou em casos especiais, comprovados e a critério do órgão ambiental municipal;
- VI. Punir o corte não autorizado de árvores no Município com, além das sanções que o infrator vier a sofrer, obrigatoriedade de plantar ao mesmo local ou vizinhança, dez novas árvores da mesma espécie para cada uma cortada;
- VII. Condicionar a aprovação de projetos de construção ou loteamento a manter as árvores existentes na propriedade;
- VIII. Condicionar a aprovação de novos loteamentos ao plantio de árvores nativas de matas subtropical estabelecendo proporcionalidade entre distância de plantio e portes máximos das árvores;
- IX. Criar política especial de proteção às árvores de relevantes interesses ecológicos, histórico, paisagístico, tornando-as imunes ao corte.

ARTIGO 207

As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão nos casos de infrações persistentes, intencionais ou por omissão.

ARTIGO 208

Fica proibida a introdução no meio ambiente de substâncias cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas, segundo relações periódicas a serem divulgadas pelo Executivo.

ARTIGO 209

A implantação e operação de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras dependerá da adoção de tecnologias de controle para proteção do meio ambiente, independentemente da capacidade de absorção dos corpos receptores.

- § 1º – Aplica-se o dispositivo deste artigo aos sistemas públicos e particulares de coleta de esgoto sanitário, cujos lançamentos finais deverão ser precedidos, no mínimo, de tratamento primário completo.
- § 2º – O lançamento de esgoto em lagos, reservatórios, deverá ser precedido de tratamento terciário.
- § 3º – Fica vedada a implantação de sistemas de coleta conjunta de água pluviais e esgotos domésticos ou industriais.
- § 4º – Fica vedada a implantação de atividades a que se refere este artigo quando conferirem ao corpo receptor características em desacordo com a Legislação.
- § 5º – As atividades poluidoras deverão dispor de bacias de contenção para as águas de drenagem, de forma a assegurar seu tratamento adequado, quando necessário, a critério do órgão de controle ambiental.

ARTIGO 210

Nenhum padrão ambiental do Município poderá ser menos restritivo do que os padrões fixados pela Organização Mundial de Saúde.

ARTIGO 211

A lei definirá política e regulamentos para coibir atividades que causem poluição atmosférica, especialmente a combustão ao ar livre, emissão de gases por veículos chaminés.

ARTIGO 212

O Poder Público instituirá taxas de serviço público para a coleta, tratamento e destinação do lixo doméstico, hospitalar e industrial, proporcional ao custo das operações.

§ 1º – A coleta seletiva do lixo receberá tratamento diferenciado e privilegiado, sendo estimulada através da educação e conscientização ambiental nas escolas e comunidade, e da concessão de incentivos tributários e outras vantagens.

§ 2º – Fica vedado o lançamento de lixo de um distrito em outro, cabendo ao Poder Público descentralizar a destinação final do lixo através da instalação de usinas para tratamento e reciclagem do lixo em cada distrito, respeitada a legislação ambiental em vigor.

§ 3º – O lixo contaminado ou contaminante deverá ser regido por regulamento específico a ser determinado em lei.

EMENDA MODIFICATIVA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 04 DE 12 DE ABRIL DE 1993.

EMENTA: Dispõe sobre Emenda Modificativa aos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 212 da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990.

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a MESA DIRETORA promulga a seguinte,

EMENDA:

Artigo 1º – Os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 212 da Lei Orgânica do Município, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 212 ...

Parágrafo 1º – Controle de higienização hospitalar:

I – O Poder Público estabelece mecanismos de controle de higienização do município e taxa de serviço público para a coleta:

- a) o tratamento do lixo hospitalar dentro da área hospitalar é de responsabilidade do Diretor Técnico e fora da área hospitalar é de responsabilidade da vigilância sanitária e dos órgãos de meio ambiente.

Parágrafo 2º – É permitida a transferência de lixo de um município para o outro, desde que, para usina de reciclagem e que não seja material patológico ou nocivo a saúde.

Parágrafo 3º – Fiscalizar a utilização de coletores seletivos de lixo patológicos em todos os estabelecimentos públicos ou privados.

I – Deverá ser construída em local e época oportuna, usina de reciclagem de lixo, pelo município ou através de consórcio com os municípios vizinhos;

II – Na falta de usina de reciclagem, o lixo hospitalar deverá ser incinerado ou ir para um aterro sanitário, distante dos mananciais e das bacias hidrográficas.

Artigo 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, em 12 de abril de 1993.

ARTIGO 213

As associações civis, com finalidade ambientalistas, receberão incentivos e apoio do Poder Público, para sua formação, atuação e divulgação.

CAPÍTULO V
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE,
DO IDOSO E DO DEFICIENTE

ARTIGO 214

A família terá especial proteção do Poder Público, que lhe assegurará o exercício dos direitos e garantias fundamentais reconhecidas pela Constituição Federal.

ARTIGO 215

No exercício do dever da proteção à família, o Município promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, podendo conveniar-se com o Estado ou entidades civis, visando o cumprimento de que estabelece o art. 227 da Constituição Federal.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 216

O Município aplicará percentual de recursos públicos destinados à saúde na assistência materno infantil.

ARTIGO 217

O Município criará e manterá, com recursos próprios, diretamente ou por convênios escolas profissionalizantes, para adolescentes entre 12 e 18 anos.

ARTIGO 218

O Município criará e manterá Centro de Repouso e Reabilitação, com assistência social para idosos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

ARTIGO 219

O Município desenvolverá junto às escolas públicas municipais programas de orientação e encaminhamento do adolescente portador de deficiências físicas aos órgãos especializados.

CAPÍTULO VI DA SEGURANÇA PÚBLICA

ARTIGO 220

A segurança pública é dever do Município nos termos do art. 144 da Constituição Federal, nos limites de sua competência e possibilidade materiais.

ARTIGO 221

Os agentes municipais têm o dever de cooperar com os órgãos federais e estaduais de segurança pública para a preservação de ordem pública.

ARTIGO 222

Lei poderá criar, definindo-lhe as características organizacionais e atribuições, Guarda Municipal para a proteção dos bens, serviços e instalações do Município.

ARTIGO 223

Para exercer atividades auxiliares e complementares da defesa civil, o Município poderá criar organizações de voluntários, que atuarão segundo os padrões do Corpo de Bombeiros e, de preferência, mediante convênio com o Estado.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 224

A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser inferior à remuneração paga a servidor do Município na data de sua fixação.

ARTIGO 225

Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação da Constituição Federal, o Município desenvolverá esforços com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Federal, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, como determina o artigo 60 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARTIGO 226

O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

ARTIGO 227

Até a entrada em vigor da lei complementar federal o projeto do plano plurianual para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados à Câmara Municipal até 4 (quatro) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento de sessão legislativa.

ARTIGO 228

Os combustíveis poluentes utilizados nos serviços de transportes coletivos serão substituídos por outros não poluentes, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da promulgação desta lei, cabendo ao Município abreviar a implementação da substituição, adotando expedientes, estímulos e investimentos para sua execução.

ARTIGO 229

Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da promulgação desta Lei o Poder Executivo, estudará e promoverá a fixação e delimitação das áreas rurais para fins de agricultura, através de lei municipal.

ARTIGO 230

O Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da promulgação desta Lei, efetuará obras básicas de proteção e manutenção higiênica das nascentes de água potável, especialmente aquelas situadas à margem de vias públicas, servidões e em terras devolutas, a fim de formá-las acessíveis e úteis a comunidade.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

ARTIGO 231

O Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da promulgação desta Lei, elaborará e encaminhará à aprovação legislativa "Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Funcionários Municipais".

ARTIGO 232

O vale-transporte será emitido, comercializado e distribuído pelas empresas operadoras de transporte coletivo de passageiros, custeado pelos empregadores, sendo vedado o repasse tarifário e admitida a delegação.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ficam estendidos os benefícios do vale-transporte a todos os servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, qualquer que seja o regime jurídico, a forma de remuneração e da prestação de serviços.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 019.

RESOLUÇÃO Nº 38 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005.

EMENTA: "Revoga o inciso IV do artigo 82 e o parágrafo único do artigo 232 da Lei Orgânica Municipal, e dá outras".

A Câmara Municipal de Mendes aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – Passa a vigorar o artigo 82 da Lei Orgânica Municipal com a seguinte redação:

Artigo 82 – Os servidores públicos constituem os recursos humanos dos Poderes Municipais, assim entendidos os que ocupam ou desempenhem cargo, função ou emprego de natureza pública, com ou sem remuneração.

Parágrafo Primeiro

Para fins desta Lei considera-se:

IV. Servidor público civil é aquele que ocupa cargo de provimento efetivo, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal;

V. Empregado público é aquele que mantém vínculo empregatício com empresas públicas ou sociedades de economia mista, quer sejam prestadores de serviços públicos ou instrumentos de atuação do domínio econômico;

VI. Servidor Público temporário é aquele que exerce cargo ou função em confiança, ou que haja sido contratado na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal.

Parágrafo Segundo

O horário de expediente nas repartições públicas do Município será regulamentada por Ato Administrativo pelo Chefe do Poder Executivo e, no Legislativo pelo Presidente da Câmara.

Artigo 2º – Fica revogado o parágrafo único do art. 232 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 3º - Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mendes, em 28 de novembro de 2005.

ARTIGO 233

Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, para que a Câmara Municipal elabore lei no sentido de que seja criada a Tribuna Livre.

ARTIGO 234

O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

ARTIGO 235

O Poder Executivo, concederá através da Lei Ordinária, a título de incentivo fiscal, isenção de IPTU e ISS, decorrentes de qualquer construção no Município, iniciada a partir da promulgação desta Lei, até 31 de dezembro de 1992.

ARTIGO 236

Esta Lei Orgânica aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal, é promulgada pela Mesa e entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Mendes, 05 de abril de 1990.

Presidenta: Edith Coimbra Braga Montebrunhuli
Vice-Presidente: Paulo Sérgio Peres Garcia
1º Secretário: Adécio Veiga
2º Secretário: Dirceu Moreira

Comissão Especial

Presidente: Darcy de Siqueira Santos
Relator: Agostinho da Silva Pereira

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MENDES

Demais Membros: Walter José de Macedo
Rogério Rocha
João Alves Maciel
Moisés Baptista Figueiredo
Narciso Porto

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

MESA DIRETORA

| | |
|------------------|----------------------------|
| Presidente: | Paulo Sérgio Peres Garcia |
| Vice-Presidente: | Darcy Siqueira Santos |
| 1º Secretário: | Agostinho da Silva Pereira |
| 2º Secretário: | João Alves Maciel |

Vereadores - Plenário

Adécio Veiga
Dirceu Moreira
Edith Coimbra Braga Montebrunhuli
Moisés Baptista de Figueiredo
Narciso Porto
Rogério Rocha
Walter José de Macedo

1991



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 25 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

*Sancionado em
23/09/2015.*

*Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito*

Altera o *caput* do Art. 153 da Lei Orgânica Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL de MENDES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu sanciono a seguinte

Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º . O *caput* do art. 153 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, passa a ter a seguinte redação:

Art. 153. A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo regular, observados os preceitos da legislação municipal e da Lei Federal nº 8.987/1995, será precedida de licitação e sua vigência será pelo prazo de 10 (anos), podendo ser prorrogado pelo período de até 10 (dez) anos, se atendidas às exigências previstas em lei.

Parágrafo único.

Art. 2º . Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mendes/RJ, 17 de setembro de 2015

*Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI MUNICIPAL Nº 1464 DE 03 DE Junho DE 2007.

EMENTA: Dispõe sobre a regulamentação de expedição de carteiras para deficientes e passes e carteiras para os alunos da rede pública municipal às Concessionárias e Permissionárias de serviços públicos de transporte coletivo, de que tratam os artigos 154, 155 da LOM.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES aprova e eu sanciono a seguinte:

LEI MUNICIPAL

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a transportar gratuitamente os alunos da Rede Municipal de Ensino, através de seus próprios veículos ou através de contrato com as concessionárias ou permissionárias de serviço público em atividade no município.

§ 1º - Será criada através de Decreto a ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal, Comissão para fiscalização dos benefícios desta lei.

§ 2º - O Município indenizará a Concessionária e ou Permissionária de Serviço Público em 50% (cinquenta por cento) do valor da menor passagem no Município.

§ 3º - O mesmo valor será utilizado para indenização das passagens da Rede Federal e Estadual de Ensino e Cursos Profissionalizantes, sediados dentro do Município, nos locais onde não haja compatibilidades entre as linhas intermunicipais e os horários escolares.

§ 4º - Será realizado cadastro de endereços dos alunos, não tendo direito ao benefício os alunos que residirem a menos de 01 (um) quilômetros da escola em que estudam, os que façam uso dos veículos de transporte de alunos do Município ou aqueles em que haja escola com oferta de vagas no bairro onde residam e por outra escola optem.

§ 5º - As empresas de transportes públicos intermunicipais que possuem seções municipais que deixarem de transportar alunos, da rede municipal, estadual ou curso técnico mantido pelo poder público municipal, estadual ou federal, sofrerão multas de 2.000 UFM's (Duas mil Unidades Fiscal Municipal), sem prejuízo da denúncia ao órgão estadual competente de fiscalização.

§ 6º - Fica estabelecido que os passes e as carteiras sejam numerados, sendo criado um dígito identificando o número da unidade, devendo os primeiros ser distribuídos conforme o número de aulas do mês, pelo diretor da escola, que prestará conta de sua distribuição.

§ 7º - Para efeito da Gratuidade nos ônibus das linhas municipais, os passes só serão aceitos se apresentados conjuntamente com a carteira de estudante.

- I- Cada aluno terá direito a uma carteira com validade anual
- II- No caso de extravio, a Secretaria de Educação poderá emitir uma segunda via, que será



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

assim identificada, sendo encaminhada a empresa aviso de extravio e ordem de retenção da via extraviada.

§ 8º - A carteira será distribuída pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante comprovação de matrícula e cópia de documentos de identificação do aluno e de seu endereço, devendo a mesma ser plastificada e terá o modelo regulamentado por decreto.

Artigo 2º - As passagens dos alunos matriculados na Rede Pública Estadual e Federal serão pagas nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º, devendo o município diligenciar junto as entidades citadas para firmiação de convênio de reembolso.

Artigo 3º - O Aluno, com idade acima de 07 (sete) anos, terá direito a 01 (uma) passagem de ida e 01 (uma) de volta para escola, sendo o seu controle realizado através de Passe Escolar a ser distribuído conforme calendário mensal.

§ 1º - Ficam as diretoras das escolas obrigadas a relatarem mensalmente, com cópia da lista de presença e a frequência do aluno, sendo suspenso o benefício, caso haja indícios de evasão.

§ 2º - Caso seja detectada ausência mensal de 25% (vinte e cinco) das aulas do mês, sem justificativa, o pai do aluno será convocado a receber o passe na escola justificando por escrito a ausência.

Artigo 4º - Fica estipulado que o aluno portador de passe escolar deverá passar pela roleta de controle do coletivo, sendo-lhe assegurado todos os direitos dos demais passageiros, ressalvado os direitos previstos em legislação estadual no tocante aos deficientes físico/mentais.

Parágrafo único - O Executivo regulamentará através de decreto a incidência de aplicação do presente artigo.

Artigo 5º - SUPRIMIDO.

Artigo 6º - As Empresas permissionárias ou concessionárias dos serviços de transportes coletivos deverão requerer o seu pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do transportes dos estudantes, sendo que o pagamento deverá ser efetuado até 15º (décimo quinto) dia útil após apresentação da nota.

Artigo 7º - Fica estipulado que as passagens de crianças menores de sete anos, bem como de portadores de deficiência físicas e mentais, que as impeçam de locomoção (e seu respectivo acompanhante) serão gratuitas, não cabendo qualquer indenização das mesmas por parte do Município.

§ 1º - Os portadores de deficiência física ou mental deverão ser cadastrados junto à Secretaria de Promoção Social.

§ 2º - A Secretaria de Promoção Social expedirá carteira que comprove a qualidade de deficiente físico para apresentação junto à concessionária e/ou permissionária de serviço de transporte coletivo em modelo a ser regulamentado através de decreto da lavra do Chefe do Executivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



§ 3º - A expedição da carteira se dará mediante a apresentação de requerimento, com 2 (duas) fotos 3x4, comprovante de residência no Município, documento de identificação válido, bem como laudo médico da lavra de profissional de saúde da rede pública com o respectivo CID.

§ 4º - SUPRIMIDO

Artigo 8º - Fica revogado qualquer benefício Fiscal vigente, concedido as concessionárias ou permissionárias de Serviço Público em atuação no Município de Mendes.

Artigo 9º - Esta Lei disciplinará a aplicação dos Artigos 154 e 155, inciso III da LOM e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mendes(RJ), 03 de fevereiro de 2007.

Rogério Riente
Prefeito de Mendes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI MUNICIPAL Nº 1.169 DE 23 DE JANEIRO DE 2007.

EMENTA: *"Dispõe sobre a Exploração dos Serviços de Transportes Coletivos no âmbito do Município de Mendes e dá outras providências."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, por seus representantes legais, aprova e eu promulgo a presente

LEI MUNICIPAL

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A exploração do serviço de transporte coletivo no âmbito do Município de Mendes, reger-se-á pelos termos da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos, aplicando-se no que couber e em caso de omissão, o disposto na Lei Federal 8.987/95;

Artigo 2º - O serviço de transporte coletivo poderá ser feito diretamente pelo poder público, ou pelo instituto da delegação, sob regime da concessão, por intermédio de licitação, observadas as disposições desta lei e demais legislações federais, estaduais e municipais pertinentes;

Artigo 3º - Considera-se concessão à delegação de sua prestação, feita pelo Município, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas de prestação de transporte coletivo, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante exploração do serviço por prazo determinado;

Artigo 4º - A concessão do serviço de transporte coletivo de passageiros sujeita-se à fiscalização pelo Município, responsável por sua delegação, com a cooperação dos usuários.

Artigo 5º - Constará ainda do edital a obrigação de a empresa vencedora de instalar filial no município, com garagem, devendo os impostos municipais que por ventura possam vir a serem recolhidos, o sejam nesta municipalidade.

Capítulo II

DO CONTRATO DE CONCESSÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Artigo 6º - São cláusulas essenciais do contrato de concessão:

I - O objeto e o prazo da concessão, sendo **aceitas apenas empresas que já possuam linhas regulares;**

II - O modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - O preço do serviço e os critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas, sendo estas, se possível com valor único;

V - Os direitos, garantias e obrigações do poder concedente, da concessionária, inclusive, no que diz respeito às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização;

VI - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - À forma de fiscalização de práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - Às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;

IX - Aos casos de extinção da concessão;

X - Às condições para prorrogação do contrato;

XI - À obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao Município;

XII - À exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária;

XIII - O foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Artigo 7º - A extinção da concessão dar-se-á:

I - No prazo previsto no contrato;

II - Encampação;

III - Caducidade;

IV - Rescisão;

V - Anulação; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



VI – Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º - Extinta a concessão, haverá a imediata assunção deste serviço de exploração de transporte coletivo de passageiros por parte do Município concedente, com o retorno de todos os direitos e privilégios concedidos ao concessionário, conforme previsto no edital e nos termos do contrato firmado entre as partes.

Artigo 9º - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará, a critério do Município, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

Seção I

DA INTERVENÇÃO

Artigo 10 - O Município poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como para o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais.

Parágrafo Único - A intervenção realizar-se-á por decreto do Prefeito Municipal e conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Artigo 11 - Decretada a intervenção, o Prefeito Municipal deverá, no prazo de trinta dias, instaurar o procedimento para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando o direito de ampla defesa.

§ 1º - O ato da intervenção deverá estar revestido dos pressupostos legais e regulamentares, sob pena de ser declarada sua nulidade, com a retomada do serviço por parte da concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização, se for o caso.

§ 2º - Instaurado o procedimento administrativo a que se refere o artigo anterior, o mesmo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Artigo 12 - Finda a intervenção, sem o decreto da extinção da concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas do interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

Seção II

DO SERVIÇO ADEQUADO

Artigo 13 - A concessão para exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros, pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme previsto nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º - A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 4º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - Motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos bens utilizados na prestação do serviço, e

II - por inadimplemento de usuário, considerado o interesse da coletividade.

Artigo 14 - O Transporte se dará de forma contínua com a obrigatoriedade de pelos menos três horários em cada linha, de segunda a domingo, conforme determinado pelo Executivo, e somente com o aval deste será possível a supressão ou modificação do horário ajustado.

Parágrafo Único - A infração ao disposto no caput deste artigo acarretará a concessionária o pagamento de multa de 10 salários mínimos, após descumprimento de notificação determinando a cumprimento reiterado do disposto e aplicação de multa pela quinta vez.

Capítulo III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Artigo 14 A - Ressalvadas as disposições da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, são direitos dos usuários:

I - Receber o serviço público de transporte coletivo adequado, eficiente, seguro e contínuo;

II - Receber do órgão público municipal, por si ou suas empresas concessionárias, informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - Levar ao conhecimento do poder público municipal e da concessão as irregularidades de que tenham conhecimento, no que diz respeito ao serviço prestado;

IV - Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

V - Contribuir para a permanência das boas condições dos bens destinados aos serviços de transportes coletivos.

Capítulo IV



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Artigo 15 – As tarifas do serviço público municipal de transporte coletivo de passageiros, serão fixadas pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão prevista nesta lei, no edital e no contrato, podendo ser adotado o regime de tarifa única.

§ 1º - Os contratos deverão prever mecanismo de revisão de tarifas, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 2º - São isentos de tarifas nos serviços de transporte coletivo de passageiro municipal, mediante a apresentação de documento e passe livre, instituído pelo poder concedente:

I – Os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II – Os menores de 07 (sete) anos de idade;

III – Os estudantes da rede oficial de ensino matriculados na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, bem como os alunos dos cursos profissionalizantes gratuitos promovidos por instituições conveniadas ao Município, podendo a isenção ser concedida ainda aos estudantes da rede particular, na forma em que dispuser a lei municipal e aos alunos de outros cursos que venham a ser criados no âmbito do município, desde que acordado entre as partes.

IV – As pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais que as impeçam de locomoção e seu respectivo acompanhante.


DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 – A concessão do serviço de transporte coletivo, outorgada por força da Lei Municipal, permanecerá válida pelo prazo assinado no ato da outorga e permanecerá válida pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização da licitação, na forma do art. 175 da Constituição Federal.

Artigo 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18 – Revogam-se as disposições em contrário.

Mendes, 23 DE JANEIRO DE 2007.


Reny Sebastião Neves
Presidente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



ANEXO I

São linhas municipais:

- a) Mendes x Ponte Preta (Humberto Antunes)
- b) Mendes x Santa Rosa
- c) Mendes x Oscar Rudger
- d) Mendes x N.S. das Graças (via Santa Rita)
- e) Mendes x Colônia dos Professores
- f) Mendes x Ponte do Rocha
- g) Mendes x Martins Costa
- h) Mendes x Jabuticabeira
- i) Mendes x Morsing *

* Existe nesta linha, seção intra-municipal, concedida pelo DETRO a empresa Barra do Pirai Turismo Ltda., no processo nº 10/130477/93 publicado no D.O. de 28 de abril de 1994, Poder Executivo, cuja tarifa hoje é mais barata que a da empresa que possui permissão de exploração dos serviços de transportes dentro do Município, porém, ao que tudo indica, ocorreu um engano, uma vez que a linha deveria ser objeto de concessão efetivada pelo Município. Em face da existência da referida seção intra-municipal, a empresa pressionaria em operação no município deixou de fazer a linha.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI MUNICIPAL Nº 1.183 DE 23 DE MAIO DE 2007.

Sancionada em 23/05/07

EMENTA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 1.167 DE 03 DE JANEIRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 155 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, QUE TRATA DE EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA E PASSE AOS BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES aprova e eu PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte:

LEI MUNICIPAL:

Artigo 1º - Os parágrafos 3º e 4º e o inciso I do parágrafo 7º do artigo 1º da Lei Municipal 1.167/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - O mesmo valor será utilizado para indenização das passagens da Rede Estadual de Ensino e Cursos Profissionalizantes sediados no Município. Aos alunos da Rede Estadual apenas nos locais onde não haja compatibilidade entre as linhas intermunicipais e os horários escolares."

§ 4º - Será realizado cadastro de endereço dos alunos, não tendo direito ao benefício aqueles que façam uso dos veículos de transporte escolar do Município. Aos que residirem a menos de 01 (um) quilômetro de percurso da escola em que estudam só poderá ser concedido o passe mediante solicitação, devidamente justificada e por razão de segurança do aluno.

§ 7º - ...

I- Cada aluno terá direito a uma carteira com validade referente a duração do período letivo."

Artigo 2º - Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 3º da Lei Municipal 1.167/2007, com o seguinte teor:

§ 3º - Os diretores de escola poderão distribuir passes suplementares para utilização em atividades extra-classe, tais como estágios, eventos de caráter educativo, frequência à biblioteca, trabalho em grupo e outras, mediante solicitação devidamente justificada pelos professores, relatando mensalmente sua distribuição."

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mendes, em 23 de MAIO, de 2007.

ROGÉRIO RIENTE
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



LEI MUNICIPAL Nº 1.645 DE 05 DE abril DE 2013.

*Sancionado
Em 09/04/2013*

Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito

Promove alterações na Lei nº 1.169/2007 que dispõe sobre a exploração dos serviços de transporte coletivo no Âmbito do Município de Mendes.

A CÂMARA MUNICIPAL de MENDES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Promove alteração no artigo 6º, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.169/2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º São cláusulas essenciais do contrato de concessão:

I – o objetivo e o prazo de concessão;

II – o modo, forma e condições de prestação do serviço, observada a idade máxima de 5 (cinco) anos para os veículos destinados ao início das atividades vinculadas ao transporte coletivo regular de passageiros no âmbito municipal;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Mendes, 05 de abril de 2013.

REINALDO MEDEIROS MACEDO
Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



*Sancionado
em 01/07/2013*

LEI MUNICIPAL Nº 1.663 DE 01 DE julho DE 2013.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 1.169/2007, que dispõe sobre a Exploração dos Serviços de Transportes Coletivos no âmbito do Município de Mendes.

Reinaldo Medeiros Macedo
Pretoria: Vereador Rubem Carlos Moura

A CÂMARA MUNICIPAL de MENDES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os artigos 17 e 18 da Lei Municipal nº. 1.169, de 23 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. A empresa vencedora do certame licitatório deverá efetuar o emplaceamento neste Município, de todos os veículos que serão utilizados na prestação do serviço.

Art. 18. Fica proibida à empresa concessionária dos serviços de transporte coletivo de incumbir aos motoristas a atribuição simultânea de condução do veículo e cobrança de passagens, devendo ser mantida em cada ônibus do transporte a tripulação mínima de 02 (duas) pessoas, sendo um cobrador e um motorista.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição prevista no caput os casos autorizados por decreto, expedido pelo Executivo após o resultado de estudos realizados no período mínimo de seis meses, por solicitação da concessionária, em que se constate que:

I - o pagamento da tarifa seja realizado através do sistema de bilheteagem eletrônica por no mínimo 80% dos passageiros;

II - os dias, horários e/ou itinerários, atendidos por micro-ônibus, sejam considerados deficitários.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mendes, 01 de julho de 2013.

Reinaldo Medeiros Macedo
REINALDO MEDEIROS MACEDO
Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI MUNICIPAL N° 1.878 DE 22 DE *Agosto* DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de subsídio financeiro para custeio do Sistema de Transporte Coletivo Público Regular de Passageiros do Município de Mendes e dá outras providências.

Sancionado em 22/12/2017
ROGERIO RIENTE
Prefeito Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, por seus representantes legais, aprova e eu sanciono a presente

LEI MUNICIPAL:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subsídio financeiro no valor mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), independentemente do número de passageiros transportados, mês a mês, a fim no custeio do serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, visando a preservação do equilíbrio econômico financeiro do futuro contrato de concessão e viabilizando a efetiva redução da tarifa única a ser cobrada dos usuários, em valor menor ao praticado no mês de dezembro de 2017.

Parágrafo Único - O valor do subsídio financeiro integrará o projeto básico e as planilhas estimativas da minuta do edital de licitação e do contrato de outorga a serem submetidos a exame prévio para aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Artigo 2º O repasse do subsídio mensal a que se refere esta lei será efetuado por intermédio da Secretaria de Planejamento e Fazenda, efetuando-se o pagamento diretamente à concessionária do serviço de transporte coletivo público de passageiros que vier a se sagrar vencedora da licitação, no prazo compreendido até o dia 20 de cada mês.

Artigo 3º A existência de dívida de natureza tributária ou não tributária com o fisco estadual, federal e municipal, inclusive de natureza trabalhista, vedará a realização do pagamento do subsídio financeiro, resultando na suspensão do pagamento pela municipalidade até a regularização do débito.

Artigo 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas nos Orçamentos-Programas do Município de Mendes, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão das ações e metas no Plano Plurianual de Investimentos e a promover a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, observados os termos da Lei Federal nº 4.320/64.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

2018.

Artigo 5º A presente lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de

Mendes, em 22 de *agosto* de 2017.

ROGÉRIO RIENTE
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



LEI MUNICIPAL Nº 896 DE 22 DE Dezembro DE 2017.

*Sancionado
Pom 22/12/2017*

*ROGERIO RIENTE
Prefeito Municipal*

Inclui novas linhas para o Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição do Município de Mendes, e adota outras providências correlatas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, por seus representantes legais, aprova e eu sanciono a presente

LEI MUNICIPAL:

Artigo 1º Ficam criadas novas linhas para o Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição do Município de Mendes, a saber:

- I- Centro x Cruzeiro
- II- Centro x Bela Vista
- III- Centro x Água Fria
- IV- Centro x Jardim
- V- Centro x Condomínio do Mathias
- VI- Centro x Barro Branco
- VII- Centro x Vila Mariana

Parágrafo único. As linhas definidas no caput do artigo passarão a integrar o Anexo I da Lei Municipal nº 1.169, de 23 de janeiro de 2007.

Artigo 2º A presente lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Mendes, em 22 de Dezembro de 2017.

*ROGERIO RIENTE
PREFEITO MUNICIPAL*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI COMPLEMENTAR Nº 002 DE 22 DE Dezembro DE 2017.

Sancionado em 22/12/2017.
ROGÉRIO RIENTE
Prefeito Municipal

Disciplina a redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exclusivamente para a atividade econômica voltada ao transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerários fixos, definidas por lei municipal, e adota outras providências correlatas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES, por seus representantes legais, aprova e sanciona a presente

LEI COMPLEMENTAR:

Artigo 1º Fica reduzida a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exclusivamente para a atividade econômica voltada ao transporte rodoviário de passageiros, com itinerários fixos, definidos por lei municipal, passando de 5% (cinco por cento) para 2% (dois por cento).

Artigo 2º Integra a presente lei a estimativa de impacto orçamentário-financeiro exigível pelo art. 14, I, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo. 3º A redução da alíquota do imposto de que trata a presente lei passa a integrar a Lei nº 856/2001 e a Lei nº 961/2003, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover os devidos ajustes nas correspondentes tabelas indicativas do percentual da alíquota do ISSQN.

Artigo 4º A presente lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Mendes, em 22 de Dezembro de 2017.

ROGÉRIO RIENTE
PREFEITO MUNICIPAL



DECRETO Nº 042, DE 16 DE MAIO DE 2019.

“Regulamenta a concessão de gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição do Município de Mendes, e adota outras providências”.

ROGÉRIO RIENTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MENDES, usando das atribuições que lhe confere a legislação vigente, especialmente o art. 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes, artigo 230, § 2º, da Constituição Federal, associado ao disposto no artigo 39 da Lei nº 10.741/2003, o artigo 10 da Lei nº 8.987/95, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e, por fim, os comandos da Lei Municipal nº 1.167/2007 e da Lei Municipal nº 1.169/2007,

DECRETA:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão de gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição do Município de Mendes, na forma do art. 53, V, da Lei Orgânica do Município de Mendes, considerando o princípio da simetria constitucional.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I – **Deficiência física**: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – **deficiência auditiva**: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – **deficiência visual**: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;



IV – **deficiência mental**: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho.

V – **deficiência múltipla**: associação de duas ou mais deficiências;

VI – **pessoa com mobilidade reduzida**: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção;

VII – **pessoa idosa**: aquela com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

VIII – **pessoa portadora de doença crônica incapacitante**: aquela acometida de patologia que por seu nível de comprometimento acarrete declaração semelhante à de invalidez segundo as normatizações do Instituto Nacional do Seguro Social e que exija tratamento continuado para o qual a interrupção pode acarretar risco de morte ou o agravamento de seu estado de saúde;

IX – **aluno do ensino fundamental**: aquele efetivamente matriculado na rede municipal, a partir de 12 (doze) anos de idade, sendo passageiro equiparado para a composição da política tarifária, em virtude da fonte de custeio delineada no art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.167/2007;

X – **crianças**: aquelas com idade até 07 (sete) anos;

XI – **grupo familiar**: aquele composto pelo cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

CAPÍTULO II

USUÁRIOS, LIMITES E REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA GRATUIDADE

Art. 3º O benefício da gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros será assegurado aos seguintes usuários, desde que cumpridos os requisitos fixados neste Decreto: **(a)** pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla; **(b)** pessoas com mobilidade reduzida; **(c)** pessoa portadora de doença crônica incapacitante; **(d)** pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos; **(e)** aluno do ensino fundamental; e **(f)** crianças de até 07 (sete) anos.

Art. 4º O benefício da gratuidade limitar-se-á: **(a)** 04 (quatro) deslocamentos diários destinados às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida; **(b)** 04 (quatro) deslocamentos diários destinados às pessoas idosas, com idade igual ou superior a 65 anos; **(c)** até 60 (sessenta) deslocamentos

20



mensais destinados às pessoas portadoras de doença crônica incapacitante; **(d)** 02 (dois) deslocamentos diários destinados aos alunos do ensino fundamental, compreendidos nos horários de entrada e saída da unidade de ensino onde se encontrem matriculados; e **(e)** indeterminados para crianças até 07 (sete) anos.

Parágrafo Único. Em caráter excepcional, mediante prévio requerimento munido das razões e provas, a limitação dos deslocamentos diários poderá sofrer acréscimo quantitativo, ainda que por tempo determinado, cuja análise se dará a partir de relatório conclusivo apontado em laudo médico.

Art. 5º Os requerimentos para concessão ou renovação do benefício às pessoas indicadas no art. 3º, excluindo alunos do ensino fundamental e crianças até 07 (sete) anos, deverão ser encaminhados, inicialmente, para um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º O CRAS deverá receber e avaliar a documentação de apresentação obrigatória, anexando cópias ao processo, comprovada sua autenticidade mediante apresentação dos originais, bem como realizar avaliação da situação socioeconômica do requerente e seu grupo familiar, colhendo informações completas e claras para preenchimento dos formulários e realizando visita ao domicílio se houver necessidade de esclarecimentos e comprovação da realidade familiar e, ainda, a fim de comprovar a real necessidade do benefício.

§ 2º As informações do perfil socioeconômico deverão ser confirmadas pelo CRAS, o qual irá validar as informações e cadastrar o requerente no Sistema de Assistência Social do Município de Mendes, visando, inclusive, sua inclusão em outras políticas públicas.

§ 3º Os usuários interessados na obtenção do benefício da gratuidade deverão preencher a totalidade das condições previstas para sua concessão.

SEÇÃO I

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA

Art. 6º Para requerer a concessão ou renovação do benefício para pessoas com deficiência e para as pessoas com mobilidade reduzida, os usuários deverão estar enquadrados nos seguintes requisitos:

I - Enquadrar-se nos conceitos e categorias fixados nos arts. 2º e 3º deste Decreto, comprovadas por meio de laudo médico;

II - Residir no Município de Mendes;

III - Possuir o grupo familiar renda dentro dos padrões do Cadastro Único das Políticas Sociais, definidos pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 03 (três) salários mínimos, nacionalmente fixados.



Art. 7º A pessoa com deficiência ou a pessoa com mobilidade reduzida que atenda aos requisitos estabelecidos nos arts. 5º e 6º deverá requerer o benefício junto ao CRAS com o preenchimento dos formulários e apresentação dos seguintes documentos:

I - Requerimento em formulário padrão preenchido com dados de identificação do solicitante e do respectivo grupo familiar, devidamente assinado pelo requerente;

II - Cópias e originais dos comprovantes de renda do requerente e do respectivo grupo familiar (atual e no limite de até 02 meses antes da data do requerimento);

III - Cópias e originais da carteira de identidade ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso) do requerente e do respectivo grupo familiar;

IV - Cópias e originais do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

V - Cópia e original do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VI - Original do Laudo Médico, assinado e carimbado pelo médico especialista vinculado ao Sistema Único de Saúde ou por médico credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, identificando, de forma pontual, o tipo e a descrição da deficiência ou da redução da mobilidade, o Código Internacional de Doenças, o grau da deficiência (parcial ou total), a indispensabilidade ou não de acompanhante, a data, assinatura e carimbo do médico;

VII - Cópia da documentação de identificação, comprovante de residência e 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3X4, de 01 (um) acompanhante, desde que haja indicação no laudo médico;

VIII - 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3X4;

IX - Cópia e original do documento legal de procurador, tutor ou curador, e respectivo documento de identidade com foto nos casos de impedimentos do titular;

X - Estudo socioeconômico elaborado no CRAS através de entrevista para avaliação da situação socioeconômica do requerente e respectivo grupo familiar, o qual deverá estar devidamente assinado pelo profissional de Assistência Social responsável pelo estudo.

§ 1º No caso dos beneficiados em que seja indispensável acompanhante, desde que indicado no laudo médico, o acompanhante será contemplado com a gratuidade de pagamento da tarifa somente quando estiver acompanhando o titular do benefício.

§ 2º Os laudos médicos emitidos em outro Estado da Federação deverão ser atualizados e reavaliados por corpo médico atuante no Estado do Rio de Janeiro, observadas as condições estabelecidas neste artigo.



SEÇÃO II
PESSOA PORTADORA DE DOENÇA CRÔNICA INCAPACITANTE

Art. 8º Aos portadores de doenças crônicas incapacitantes o benefício da gratuidade será concedido, exclusivamente, para a realização de tratamentos médicos ou medicamentosos, de forma frequente, continuada e sem interrupção em ambientes hospitalares, bem como para retirada de medicamentos em órgãos públicos de saúde.

§ 1º Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem imposta ao beneficiário, entre sua residência e o local de tratamento.

§ 2º Para fins de concessão da gratuidade, entende-se como realização de tratamento de forma frequente, continuada e sem interrupção, aquela que exija o comparecimento mínimo mensal do paciente à unidade pública de saúde, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), seja para consultas, exames ou retirada de medicamentos.

Art. 9º Para requerer a concessão ou renovação do benefício, os usuários deverão estar enquadrados nos seguintes requisitos:

- I - Enquadrar-se nos conceitos e categorias fixados nos arts. 2º e 3º deste Decreto, comprovadas por meio de laudo médico;
- II - Residir no Município de Mendes;
- III - Possuir o grupo familiar renda dentro dos padrões do Cadastro Único das Políticas Sociais, definidos pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério das Cidades, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 03 (três) salários mínimos, nacionalmente fixados.

Art. 10 O requerimento do benefício junto ao CRAS se processará mediante o preenchimento dos formulários e apresentação dos seguintes documentos, subscritos por médico acompanhante do requerente:

- I - descrição, sucinta, do quadro clínico do paciente;
- II - o diagnóstico com referência à Classificação Internacional de Doenças (CID);
- III - número do prontuário do paciente;
- IV - data de início do tratamento e previsão de término, caso possível a indicação;
- V - necessidade, ou não, de acompanhante;
- VI - a frequência mensal de comparecimento para consultas, exames e retirada de medicamentos.



**SEÇÃO III
PESSOA IDOSA**

Art. 11 Para requerer a concessão ou renovação do benefício para pessoas idosas, os requerentes deverão atender os seguintes requisitos:

- I - Possuir idade igual ou superior a 65 anos;
- II - Residir no Município de Mendes;
- III - Perceber, mensalmente, importância não superior a 02 (dois) salários mínimos, nacionalmente fixados.

Art. 12 A pessoa idosa que atenda aos requisitos estabelecidos no artigo anterior deverá requerer o benefício junto ao CRAS com o preenchimento dos formulários e apresentação dos seguintes documentos:

I - Requerimento em formulário padrão preenchido com dados de identificação do solicitante;

II - Cópias e originais dos comprovantes de renda do requerente (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

III - Cópias e originais da carteira de identidade do requerente ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso);

IV - Cópias e originais do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

V - Cópia e original do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VI - 02 fotos coloridas, recentes, no tamanho 3X4;

VII - Cópia e original do documento legal de procurador, tutor ou curador, e respectivo documento de identidade com foto nos casos de impedimentos do titular.

**SEÇÃO IV
ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FAIXA ETÁRIA A PARTIR DE 12 ANOS**

Art. 13 Para requerer a concessão ou renovação da gratuidade do benefício para alunos do ensino fundamental, os requerentes deverão atender, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Possuir idade igual ou superior a 12 anos;
- II - Estar matriculado na rede municipal de ensino;



Parágrafo único. Cabe a Secretaria de Educação e Cultura, mediante edição de resolução aprovada pelo conselho fiscalizatório competente, editar normas procedimentais para a efetivação da utilização do benefício, estabelecendo requisitos complementares para a concessão do benefício, considerando a política tarifária implantada e a condição do aluno como passageiro pagante equiparado, ex vi da contrapartida financeira fixada na Lei Municipal nº 1.167/2007.

SEÇÃO V CRIANÇA COM FAIXA ETÁRIA ATÉ 07 ANOS

Art. 14 O benefício da gratuidade para crianças de até 07 (sete) anos se dará mediante apresentação da carteira de identidade e desde que esteja na companhia de seus pais ou representantes legais, devidamente munidos de identificação.

CAPÍTULO III DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Art. 15 A comprovação de renda do requerente e dos integrantes do grupo familiar será realizada através de contracheque, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), declaração do imposto de renda, recibo de pagamento autônomo (RPA), extrato de benefício do INSS ou declaração de rendimentos.

§ 1º Para fins de definição da renda são considerados os salários, proventos de aposentadoria e pensões, honorários, benefício de auxílio doença, estágio e outras fontes de rendimentos que integram a composição da renda familiar.

§ 2º Se o requerente não possuir renda, a comprovação será através de atestado de pobreza referendado pelo CRAS, cabendo ao requerente comprovar como se dá o sustento próprio e do grupo familiar.

Art. 16 Como meio de prova de residência será, preferencialmente, requisitada a conta de energia elétrica e/ou telefone, admitindo-se, como meio de prova, a declaração firmada com amparo na Lei nº 7.115/83.

Art. 17. Não serão aceitos laudos médicos ilegíveis.

Parágrafo único. Laudos médicos incompletos ou inconclusivos ficarão sujeitos à solicitação de cumprimento de exigências, a critério da equipe de profissionais lotados nos Centros de Referência de Assistência Social, obstando a análise do processo de concessão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE

Art. 18 O cartão eletrônico vinculado ao benefício da gratuidade é de uso pessoal e intransferível, sendo de utilização exclusivamente individual e do acompanhante nos casos previstos e na forma regulamentada neste Decreto.

Art. 19 A utilização indevida ou fraudulenta do cartão eletrônico por pessoa que não seja titular do benefício, apurada mediante procedimento administrativo, implicará na aplicação das seguintes penalidades, independentemente de representação dirigida à polícia judiciária:

- I - Suspensão pelo prazo de 06 (seis) meses;
- II - Suspensão pelo prazo de 02 (dois) anos;
- III - Cassação do benefício.

§ 1º Havendo comprovação de utilização indevida ou fraudulenta, será aplicada a penalidade de suspensão do benefício pelo prazo de 06 (seis) meses a partir da data do fato.

§ 2º Havendo reincidência na conduta, será aplicada a penalidade de suspensão do benefício pelo prazo de 02 (dois) anos a partir da data do fato.

§ 3º A partir da segunda ocorrência de utilização indevida ou fraudulenta, será cassado o benefício.

§ 4º As regras de cancelamento do benefício não se aplicam aos alunos do ensino fundamental, ensejando, entretanto, a suspensão da utilização do cartão eletrônico pelo tempo necessário a apuração dos fatos, mediante processo administrativo.

CAPÍTULO V
PRAZOS PARA REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE

Art. 20 Os requerimentos para concessão e renovação do benefício da gratuidade no transporte coletivo de passageiros deverão obedecer aos seguintes prazos:

I - A primeira solicitação do benefício poderá ocorrer a qualquer tempo no horário de funcionamento do CRAS de referência de acordo com os requisitos e regras estabelecidos neste Decreto;

II - A reapresentação de requerimento em razão de indeferimento em pedido anterior poderá ocorrer após o prazo de 03 (três) meses a contar da data do indeferimento do pedido, condicionado a admissibilidade de análise a novos fatos e documentação superveniente;



III - A reapresentação de requerimento em razão do arquivamento do pedido pela falta de complementação das informações dentro do prazo de 30 (trinta) dias, poderá ocorrer após o prazo de 03 (três) meses a contar da data de encerramento deste prazo;

IV - A Secretaria de Assistência Social, através dos CRAS, deverá emitir o parecer sobre o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, devidamente motivado, contados da data de recebimento do requerimento;

V - Na ocorrência de perda, extravio, furto ou roubo o beneficiário comunicará imediatamente à concessionária ou permissionária do serviço de transporte coletivo regular de passageiros para promover a ação de bloqueio do cartão eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO VI

VALIDADE E RECADASTRAMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE

Art. 21 Os prazos de validade dos cartões eletrônicos vinculados ao benefício da gratuidade ficam assim definidos: **(a)** 04 (quatro) anos para as pessoas com deficiência classificada como permanente; **(b)** 02 (dois) anos para as pessoas com deficiência classificada como transitória; **(c)** 02 (dois) anos para as pessoas com mobilidade reduzida; **(d)** 03 (três) meses a 02 (dois) anos para as pessoas portadoras de doenças crônicas incapacitantes, conforme previsão de tratamento descrita no laudo médico, e após análise e concordância da equipe da Secretaria de Assistência Social, através dos respectivos CRAS; **(e)** Anualmente, pelas pessoas idosas; **(f)** Anualmente para alunos da rede municipal do ensino fundamental, aplicando-se esse prazo para alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino, porventura existente relação jurídica celebrada entre o Governo do Estado e a operadora de serviço público de transporte coletivo municipal.

§ 1º As solicitações de renovação deverão ser requeridas pelos beneficiários:

I - com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da validade do benefício para os beneficiados (pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida).

II - a qualquer momento, por iniciativa do médico acompanhante ou pela Secretaria de Assistência Social, para o benefício destinado às pessoas portadoras de doenças crônicas incapacitantes;

III - no transcurso de 30 (trinta) dias, em relação ao mês de aniversário, para as pessoas idosas;

IV - semestralmente, para os alunos da rede municipal do ensino fundamental, aplicado, por analogia, aos alunos da rede estadual do ensino médio e fundamental.

CAPÍTULO VII



EXPEDIÇÃO DO CARTÃO ELETRÔNICO

Art. 22 Publicado o deferimento do benefício da gratuidade na imprensa oficial, com indicação do número do processo, nome, CPF e residência, será expedida ordem de confecção do cartão eletrônico à concessionária ou permissionária do serviço de transporte coletivo regular de passageiros.

Parágrafo único. O prazo para confecção do cartão eletrônico não ultrapassará a 15 (quinze) dias, assegurado o direito de utilização do benefício a partir da data de publicação da concessão, na imprensa oficial.

CAPÍTULO VIII

RESTRIÇÃO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 23 As informações pessoais contidas na documentação fornecida pelo solicitante para fins de concessão do benefício da gratuidade no serviço de transporte coletivo regular de passageiros, relativas às pessoas com deficiência, às pessoas com mobilidade reduzida e às pessoas portadoras de doenças crônicas incapacitantes, em defesa do direito à intimidade, vida privada, honra e imagem, terão acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo.

Art. 24 Na fase de análise da postulação o acesso às informações será restrito aos agentes públicos (assistentes sociais lotados nos CRAS), estendendo-se até a decisão de deferimento ou indeferimento do benefício, com publicação na imprensa oficial.

Art. 25 Contra a decisão de deferimento ou indeferimento do benefício da gratuidade a que se refere este Decreto caberá recurso, sem efeito suspensivo, a ser interposto no prazo de 05(cinco) dias úteis.

§ 1º O recurso será dirigido à presidência de comissão constituída por, no mínimo, 03 (três) servidores efetivos (assistentes sociais e médicos), cabendo ao colegiado proferir decisão de mérito a ser publicada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante relatório pormenorizado a justificar o ato.

Art. 26 Os recursos são cabíveis também em face das penalidades de suspensão e cassação do benefício, sendo, a caso concreto, constituído órgão colegiado com função deliberativa.

Art. 27 São legitimados para interposição de recurso:

I – aquele que teve indeferido o benefício;

II – a concessionária ou permissionária do serviço de transporte coletivo regular de passageiros, através de sócio administrador ou procurador, cujo acesso aos autos se dará mediante certidão acauteladora de sigilo das informações.



CAPÍTULO IX

PRAZO PARA EXPEDIÇÃO DO CARTÃO ELETRÔNICO

Art. 28 O cartão eletrônico para utilização do benefício da gratuidade será expedido, a seu encargo exclusivo, pela concessionária ou permissionária do serviço de transporte coletivo regular de passageiros, sendo vedada, expressamente, a indicação do Código Internacional de Doenças – CID, o qual fica restrito ao processo de concessão.

Parágrafo único. A solicitação da 2ª via dos cartões de gratuidade será realizada diretamente pelo beneficiário junto à concessionária, devendo o beneficiário arcar com a despesa de expedição.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A Secretaria de Assistência Social e a pessoa jurídica de direito privado exploradora do serviço de transporte coletivo regular de passageiros serão responsáveis pela fiscalização do benefício por parte dos usuários.

Art. 30 Crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de doença crônica incapacitante receberão, obrigatoriamente, o benefício da gratuidade com indicativo e credenciamento de acompanhante.

Art. 31 Os agentes emissores, usuários e beneficiários responderão penal, civil e administrativamente pelos prejuízos resultantes de falhas, irregularidades ou ilícitudes apuradas nas operações que envolvam o benefício de que trata o presente Decreto.

Art. 32 Os atuais benefícios serão válidos pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o prazo perderão a eficácia para a gratuidade no transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição municipal.

Parágrafo único. Será publicado edital de convocação para a finalidade de os interessados requisitarem o deferimento do benefício na órbita regulamentar preconizada neste Decreto.

Art. 33 Em substituição às carteiras de identificação dos beneficiários com processo deferido, enquanto não implantado o sistema de bilhetagem eletrônica, as partes envolvidas poderão adotar outro mecanismo de controle de acesso aos veículos que integram a frota operante do serviço de transporte coletivo regular de passageiros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. As despesas de operação (controle de acesso) no tocante ao cumprimento do Decreto, correrão à conta da empresa operante do serviço de transporte regular de passageiros.

Art. 34 Este Decreto entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação para fins de divulgação à população e de adequação administrativa e operacional pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da concessionária ou permissionária do serviço de transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição do Município de Mendes.

Art. 35 Ficam revogadas as disposições que lhe forem contrárias, incluindo o Decreto nº 076/2009 e o Decreto nº 125/2018.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), em 16 de maio de 2019.

ROGÉRIO RIENTE
Prefeito Municipal